

Diário do Legislativo de 15/08/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 68ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 57ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - 58ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.4 - 4ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.5 - 5ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.6 - 6ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.7 - 7ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.8 - 8ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.9 - 3ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.10 - Reunião de Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/8/2009

Presidência dos Deputados Weliton Prado, Juarez Távora e Getúlio Neiva

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagens nºs 394, 395 e 396/2009 (encaminhando o Projeto de Lei nº 3.619/2009, as Indicações nºs 27 a 29/2009 e o Projeto de Lei nº 3.620/2009, respectivamente), do Governador do Estado - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.621 a 3.626/2009 - Requerimentos nºs 4.360 a 4.371/2009 - Requerimentos do Deputado Adalcleber Lopes (2) - Comunicações: Comunicações das Comissões do Trabalho, de Assuntos Municipais, de Segurança Pública, de Cultura e de Turismo e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Registro de presença - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Vanderlei Miranda, Tenente Lúcio, Juarez Távora, Weliton Prado e Getúlio Neiva - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos do Deputado Adalcleber Lopes (2); deferimento - Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.771 e 2.949/2008, 3.187 e 3.284/2009; aprovação - Questão de ordem - Requerimento do Deputado Gilberto Abramo; deferimento; discurso do Deputado Getúlio Neiva - Requerimento do Deputado Domingos Sávio; deferimento; discurso do Deputado Domingos Sávio - Requerimento do Deputado Padre João; deferimento; discurso do Deputado Padre João - Requerimento do Deputado Almir Paraca; deferimento; discurso do Deputado Weliton Prado -

Requerimento do Deputado Wander Borges; deferimento; discurso do Deputado Wander Borges - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Duarte Bechir - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Neider Moreira - Padre João - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Weliton Prado) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Vanderlei Miranda, 2º- Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

O Sr. Presidente - A Presidência gostaria de informar que comunicação do Deputado Dalmo Ribeiro Silva dá à Casa ciência do falecimento do Sr. Aparecido Expedito Procópio, ex-Prefeito de Ipuiuna, onde faleceu, na data de ontem, 12 de agosto, e solicita que se manifestem condolências à família enlutada na pessoa da viúva Maria Aparecida Procópio. Manifestamos aqui o pesar desta Assembleia Legislativa.

Correspondência

- O Deputado Gustavo Valadares, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 394/2009*

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

No exercício da competência que me confere o inciso V do art. 90, da Constituição do Estado, submeto à elevada consideração dessa egrégia Assembleia o apenso projeto de lei que altera a Lei nº 8.655, de 18 de setembro de 1984, que dispõe sobre mudança de denominação da Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. - CEMIG - para Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - e sobre ampliação de seu objetivo social, bem como dá outras providências.

A iniciativa cuida de explicitar, no objeto social dessa sociedade de economia mista, a atividade de exploração de sistemas de telecomunicação e informação.

Para melhor compreensão do conteúdo do projeto, faço anexar a Exposição de Motivos do Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, responsável pela formulação das políticas públicas da área de atuação da CEMIG, para a integração de seus objetivos, metas e resultados.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter o projeto em questão à consideração dos seus nobres pares.

Aécio Neves, Governador do Estado.

Exposição de Motivos

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Minas Gerais,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência anteprojeto de lei que altera a Lei nº 8.655, de 18 de setembro de 1984, que dispõe sobre mudança de denominação da Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. - CEMIG - para Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - e sobre ampliação de seu objetivo social, bem como dá outras providências.

A CEMIG, por força de seu Plano Diretor e Planejamento Estratégico, ambos aprovados pelo seu Conselho de Administração, está compelida a promover o seu crescimento sustentado através das sociedades de que participa.

Esta determinação tem sido seguida, contando a CEMIG hoje com a participação em 43 empresas e 7 consórcios, os quais desenvolvem atividades direta ou indiretamente relacionadas ao objeto social da CEMIG, conforme previsto pelo artigo 1º da Lei nº 15.290/2004, que conferiu nova redação ao artigo 2º da Lei nº 8.655/84.

Ocorre que, dentre outras, o desenvolvimento e a exploração de sistemas de telecomunicações, enquanto serviços associados à vasta malha de redes de transmissão e distribuição do grupo CEMIG, vêm se tornando cada vez mais importantes na exploração econômica do objeto social da CEMIG, ao não somente viabilizar infraestrutura econômica e eficiente de suporte de telecomunicações para as empresas do grupo, como também ao gerar receitas adicionais e aumentar sua lucratividade.

Analogamente, o grupo CEMIG tem desenvolvido sistemas de automação e controle de gestão e de operações vinculados aos negócios de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, de todos os tipos, baseados em um amplo espectro de infraestrutura e de sistemas de informação. Esse suporte se dá em ambientes de "data center", com o desenvolvimento de tecnologias vinculadas às atividades do grupo, inclusive com aptidão nítida de uso e serventia desta infraestrutura e tecnologias por terceiros, desde que sejam associadas e complementares à disponíveis por esses, aproveitando-se a capacidade ociosa existente dos seus ativos, assim como a atratividade da tecnologia CEMIG.

Portanto, a existência de capacidade excedente de infraestrutura de terceiros como reserva de segurança de informações - "back up site information center", assim como a adaptação e comercialização associadas de programas de informação a possíveis interessados, são iniciativas que otimizam a realização de seus objetivos sociais mediante a sua comercialização, angariando novas receitas, usando os meios e as ferramentas tradicionais que suportam obrigatoriamente as rotinas empresariais do grupo CEMIG.

Os sistemas de telecomunicações e de informação poderão ser desenvolvidos isoladamente pela CEMIG, bem como por intermédio de empresas de que participe, majoritariamente ou minoritariamente, conforme autorizado por esta lei, com parceiros que possuam comprovada qualificação e experiência em seu desenvolvimento e ou comercialização, ou que reúnam tecnologias complementares às detidas pela CEMIG.

Muito embora o desenvolvimento e a exploração desses sistemas possam ser entendidos como indiretamente relacionados ao objeto social da CEMIG, a Lei Federal nº 6.404/76 exige, em seu artigo 2º, § 2º, que o objeto social da Companhia seja definido de modo preciso e completo.

Já o artigo 237 da referida Lei Federal determina que a companhia de economia mista somente poderá explorar os empreendimentos ou exercer as atividades previstas na lei que autorizou a sua constituição, o que torna imprescindível, para que a CEMIG possa inequivocadamente desenvolver e explorar sistemas de telecomunicações e informações, a expressa previsão legal.

Essas as razões de inegável interesse público e inestimável alcance social que me levam a apresentar-lhe o presente anteprojeto de lei.

Sérgio Alair Barroso, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico.

projeto de lei nº 3.619/2009

Altera a Lei nº 8.655, de 18 de setembro de 1984, que dispõe sobre mudança de denominação da Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. - CEMIG - para Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - e sobre ampliação de seu objetivo social, bem como dá outras providências.

Art. 1º - O inciso II do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.655, de 18 de setembro de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - (...)

§ 1º - (...)

II - exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social, incluindo o desenvolvimento e a exploração de sistemas de telecomunicação e de informação."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 395/2009*

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Nos termos da alínea "e" do inciso XXIII do art. 62, da Constituição do Estado, e do § 2º do art. 15 da Lei nº 18.309, de 3 de agosto de 2009, submeto à apreciação dessa Egrégia Assembleia Legislativa a indicação dos Doutores Octávio Elísio Alves de Brito, Antônio Maurício Fortini e Teodoro Alves Lamounier para os cargos de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG.

Releva destacar a inestimável colaboração dessa augusta Casa Legislativa na tramitação da proposta que culminou na criação da referida Agência, o que nos traz a certeza de poder mais uma vez contar com o seu apoio no sentido de uma célere conclusão do processo de nomeação dos membros da Diretoria Colegiada da Arsae-MG.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência a minha manifestação de estima e consideração.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado de Minas Gerais."

- À Comissão Especial.

* - Publicado de acordo com o texto original.

INDICAÇÃO Nº 27/2009

Indicação do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG.

- À Comissão Especial.

INDICAÇÃO Nº 28/2009

Indicação do Sr. Antônio Maurício Fortini para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG.

- À Comissão Especial.

INDICAÇÃO Nº 29/2009

Indicação do Sr. Teodoro Alves Lamounier para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG.

- À Comissão Especial.

"MENSAGEM Nº 396/2009*

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa Egrégia Assembleia, o projeto de lei anexo, que dá a denominação de Escola Estadual Pedro Inácio Nogueira, de ensino fundamental e médio, à Escola Estadual de São Gonçalo, de ensino fundamental e médio, no Município de Espera Feliz.

A medida consubstanciada na proposta atende a solicitação do Colegiado da Escola Estadual de São Gonçalo, justificada pela Secretaria de Estado de Educação.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter o projeto em questão à consideração dos seus Nobres Pares.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

Justificação

O presente Projeto de Lei propõe que seja dada a denominação de Escola Estadual de São Gonçalo, de ensino fundamental e médio, situada no Povoado de São Gonçalo, no Município de Espera Feliz, à Escola Estadual Pedro Inácio Nogueira, de ensino fundamental e médio.

Trata-se de proposta que resulta de pedido formulado pelo Colegiado Escolar da Escola Estadual de São Gonçalo que, em reunião realizada no dia 08/04/2009, homologou, pela unanimidade dos votos dos seus membros, a indicação do nome Escola Estadual Pedro Inácio Nogueira para denominação da referida unidade de ensino.

Pedro Inácio Nogueira era homem simples, trabalhador, solidário e justo, preocupado com seus familiares e com a comunidade de São Gonçalo. Considerava a educação como única forma de evolução das pessoas; por isso doou o terreno para construir a Escola, uma vez que não havia estabelecimento de ensino na região, contribuindo, dessa forma, para a oferta do ensino.

O homenageado nasceu no dia 05/08/1909 e faleceu no dia 07/05/1981.

Cumprir registrar que, no Município de Espera Feliz, não existem estabelecimento, instituição ou próprio público do Estado com igual denominação.

Mediante o exposto, a denominação ora proposta guarda plena conformidade com os requisitos fixados pela Lei nº 13.408, de 21/12/1999, que dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição ou próprio público do Estado, estando, assim, em condições de ser submetida ao exame da egrégia Assembleia Legislativa do Estado.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2009.

Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Estado de Educação.

PROJETO DE LEI Nº 3.620/2009

Dá a denominação de Escola Estadual Pedro Inácio Nogueira, de ensino fundamental e ensino médio, à Escola Estadual de São Gonçalo, no Município de Espera Feliz.

Art. 1º - A Escola Estadual de São Gonçalo, situada no Povoado de São Gonçalo, Município de Espera Feliz, passa a denominar-se Escola Estadual Pedro Inácio Nogueira, de ensino fundamental e ensino médio.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.621/2009

Declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiaí, com sede nesse Município.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiaí, com sede nesse Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de agosto de 2009.

Paulo Guedes

Justificação: O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiaí, fundado em 23/6/2009, com sede no Município de Ibiaí, é uma entidade sindical de primeiro grau, sem fins lucrativos, agrupada no Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, constituída para fins de estudo, coordenação, proteção, representação e defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, empregados e empregadas rurais, agricultores e agricultoras familiares, ativos e aposentados. Tem por finalidade, entre outras, proteger e defender os direitos individuais e coletivos dos associados; representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da categoria; celebrar acordos, convenções ou contratos coletivos de trabalho.

Em face do exposto, encaminho este projeto de lei para aprovação desta Casa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.622/2009

Declara de utilidade pública a Associação Esportiva Barcelona do Barreiro, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Esportiva Barcelona do Barreiro, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de agosto de 2009.

Wander Borges

Justificação: A prática de esporte desenvolve valores como afetividade, percepções, expressão, raciocínio e criatividade, por isso representa importante instrumento de socialização, educação, promoção de saúde, identidade cultural e cooperação dos povos.

Os benefícios atribuídos à atividade fizeram com que a Organização das Nações Unidas, embasada em recente estudo, recomendasse a adoção do esporte como instrumento de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento humano.

Em 28/4/2005, visando tornar o esporte uma vigorosa ferramenta de inclusão social, foi fundada a Associação Esportiva Barcelona do Barreiro, entidade civil sem fins lucrativos, que tem por escopo proporcionar a difusão de atividades sociais, cívico-culturais e desportivas, notadamente o futebol.

A Associação, além de promover e incentivar a prática desportiva, presta relevantes serviços à comunidade, uma vez que desenvolve ações que visam atender as crescentes necessidades e demandas da população por esporte, sobretudo o destinado a pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, tendo por principal propósito contribuir para seu desenvolvimento humano e promover sua inclusão social.

Frise-se, ainda, que as ações desenvolvidas pela entidade almejam difundir, aperfeiçoar, fomentar, fiscalizar e disciplinar a prática do futebol amador, organizar campeonatos e torneios, bem como promover atividades que contribuam com a formação do ser humano.

Cumpridos todos os requisitos legais, contamos com o apoio desta Casa para o reconhecimento do nobre trabalho desenvolvido pela Associação Esportiva Barcelona do Barreiro.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.623/2009

Declara de utilidade pública a Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira - Funcesi -, com sede no Município de Itabira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira - Funcesi -, com sede no Município de Itabira.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de agosto de 2009.

Ronaldo Magalhães

Justificação: A Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira - Funcesi -, entidade sem fins lucrativos com sede no Município de Itabira, fundada em 5/10/93, tem realizado importantes trabalhos. A entidade tem por objetivo manter e apoiar instituições de ensino superior e especialização, com vistas à formação de profissionais e especialistas acadêmicos; promover o desenvolvimento das ciências, das artes e das letras e medidas para ajustar o ensino aos interesses da sociedade; cuidar das atividades pertinentes ao ensino superior para, enfim, colaborar com o desenvolvimento da cidade de Itabira e da região.

Cumpridos os requisitos formais, contamos com a aprovação deste projeto por esta Casa para que seja reconhecida a importância do trabalho dessa entidade pelo poder público estadual.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.624/2009

Dá a denominação de Rodovia José Rosângelo de Oliveira ao trecho da Rodovia MG-135 que liga o Município de Bias Fortes ao de Antônio Carlos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominado Rodovia José Rosângelo de Oliveira o trecho da Rodovia MG-135 que liga o Município de Bias Fortes ao de Antônio Carlos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de agosto de 2009.

Braulio Braz

Justificação: José Rosângelo de Oliveira, mais conhecido como Leleza, nascido em 26/7/56, em Bias Fortes, era de família simples, filho de José Ovídio de Oliveira, caminhoneiro e comerciante, e de Maria José Barra de Oliveira, dona de casa. Tinha sete irmãos.

Formado em Ciências Contábeis e Direito, sua vida profissional iniciou-se em 1977, como contador. Com o passar dos anos e devido a sua competência e seu dinamismo, tornou-se Diretor Contábil do Grupo CJF. Foi também professor no Colégio São José, onde ministrava aulas para o curso de Técnico de Contabilidade.

Em 1979, casou-se com Leila Amélia Botelho de Oliveira, com quem teve apenas um filho, Daniel Botelho de Oliveira.

Sua família sempre participou da política local. Seu pai foi Prefeito de Bias Fortes na década de 70, contribuindo para o desabrochar e o desenvolvimento de sua vocação política, a qual teve início em 1982, quando se candidatou a Vereador pelo PDS. Foi eleito com 198 votos, tendo sido o 3º Vereador mais votado. Em janeiro de 1983 assumiu a Câmara de Vereadores, data marcante, pois a partir daí sua atividade política não mais parou. Exerceu o mandato até 1988, quando se candidatou pela primeira vez a Prefeito, também pelo PDS.

Desde então o Município de Bias Fortes passa por uma nova fase, vivenciando um processo de grande desenvolvimento.

Seu mandato foi marcado por grandes feitos, entre os quais se destacam a construção de escolas e postos de saúde nas comunidades, a instalação de DDD e DDI na região, por meio de um convênio com a antiga Telemig, promovendo a instalação dos primeiros telefones públicos, e de telefones residenciais.

Deve-se a ele a criação do torneio leiteiro, festa típica da cidade, realizada anualmente no mês de setembro, desde 1989. Outra obra que merece destaque é o projeto de iluminação rural que beneficiou muitos produtores, em 1991.

Em 1996, candidatou-se novamente a Prefeito de Bias Fortes, tendo como Vice Manoel Rodrigues de Oliveira. Mais uma vez foi escolhido pela maioria, agora pelo PRP, com 1.542 votos. Nesse governo teve como prioridade a saúde e a educação, não deixando de lado os demais setores. Tinha como lema de trabalho fazer "uma Bias cada vez mais forte".

Sua vida foi dedicada ao povo, sem distinção de raça, credo ou cor, procurando sempre conciliar o seu trabalho na CJF, de onde nunca saiu, com seus compromissos políticos.

No dia 5/9/2002, em um acidente de carro, morreu José Rosângelo de Oliveira, que, até os dias de hoje, deixa saudades.

Por todos os seus feitos e sua trajetória, a homenagem que lhe está sendo prestada é oportuna e meritória.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.625/2009

Declara de utilidade pública a Associação de Catadores de Papel e Material Reciclável de Nova Lima - Ascap -, com sede no Município de Nova Lima.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Catadores de Papel e Material Reciclável de Nova Lima - Ascap -, com sede no Município de Nova Lima.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de agosto de 2009.

Carlos Gomes

Justificação: O trabalho realizado pela Associação de Catadores de Papel e Material Reciclável de Nova Lima - Ascap - é de fundamental importância, pois organiza o trabalho dos catadores de material reciclável e evita que materiais descartados, como papéis, papelões, plásticos, vidros e, principalmente, garrafas PET poluam o meio ambiente no Município. A Ascap também apoia e defende os interesses dos catadores de material reciclável para que estes não sejam explorados por atravessadores e tenham melhores condições na negociação do material reciclado, recebendo, com isso, uma melhor remuneração.

A concessão de título declaratório de utilidade pública é de extrema importância para a Associação, pois esse documento lhe trará facilidade para firmar parcerias com órgãos estaduais.

Pelo exposto, contamos com o apoio de nossos pares na aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 3.626/2009

Declara de utilidade pública a Associação dos Amigos do Conjunto Vila Maria, com sede no Município de Lagoa Santa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Amigos do Conjunto Vila Maria, com sede no Município de Lagoa Santa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de agosto de 2009.

Alberto Pinto Coelho

Justificação: Com sede no Município de Lagoa Santa, a Associação dos Amigos do Conjunto Vila Maria, sem fins lucrativos, reúne as pessoas residentes nesse bairro interessadas em trabalhar em prol da comunidade e em defesa de políticas públicas que garantam sua cidadania e qualidade de vida.

A entidade representa e defende os direitos de seus associados, cultivando a cordialidade entre eles; promove atividades educacionais, culturais, desportivas e sociais; defende a preservação do meio ambiente; colabora na realização de pesquisas sobre a situação socioeconômica dos moradores e busca soluções para seus problemas nas áreas de saúde, educação, trabalho, habitação, lazer, segurança e meio ambiente.

Visando incentivar as ações implementadas pela Associação, apresentamos este projeto, para cuja aprovação contamos com o apoio dos nobres pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 4.360/2009, do Deputado Ademir Lucas, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Fundação Felice Rosso pela inauguração do Centro Administrativo Conselheiro Britaldo Silveira Soares. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 4.361/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja encaminhado ao Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - Iepha - pedido de providências para realização de estudo complementar ao registro do "Modo de fazer queijo artesanal da região do Serro", incluindo-se as variantes regionais da manufatura do queijo de Minas nas regiões das Serras da Canastra e do Salitre. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 4.362/2009, do Deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para a concessão do Título de Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais ao Sr. Paulo César de Oliveira pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado e ao País. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 4.363/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Núcleo de Trabalho e Integração Social - Nutris - pelo 25º aniversário de sua fundação. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 4.364/2009, do Deputado Duarte Bechir, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Eduardo Machado de Faria Tavares por sua posse como Ouvidor Ambiental da Ouvidoria-Geral do Estado. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 4.365/2009, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sociedade Educacional e Cultural de Sabará - Faculdade de Sabará - por seus 11 anos de funcionamento. (- À Comissão de Educação.)

Nº 4.366/2009, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Conselho dos Profissionais de Conservação e Limpeza de Minas Gerais - Compromig - pelo 3º aniversário de sua fundação. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 4.367/2009, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Associação dos Artesãos da Praça Santa Rita de Sabará pelo 15º aniversário de sua fundação.

Nº 4.368/2009, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Lyra Vicentina Aterradense pelo 90º aniversário de sua fundação. (- Distribuídos à Comissão de Cultura.)

Nº 4.369/2009, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a DMA Distribuidora S.A. (redes EPA, Mart Plus e Via Brasil) pelo 50º aniversário de sua fundação. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 4.370/2009, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao jornal "Tribuna de Sete Lagoas" pelo 14º aniversário de sua fundação. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 4.371/2009, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Festival Sabor de Bar pelos seus 5 anos de realização. (- À Comissão de Turismo.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos do Deputado Adalclever Lopes (2).

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões do Trabalho, de Assuntos Municipais, de Segurança Pública, de Cultura e de Turismo e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, do ex-Deputado Ajalmar Silva, atual Secretário da Regional Noroeste da Prefeitura de Belo Horizonte e ex-Prefeito de Monte Carmelo. A Presidência registra, ainda, a presença, nas galerias, dos Exmos. Srs. Denilson Martins, representante do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais - Sindpol-MG -; e Paulo Henrique Moraes, do Sindicato dos Metroviários de Belo Horizonte. Ele está numa luta histórica, há anos, em defesa do metrô de Belo Horizonte, na Região Metropolitana; portanto, quero parabenizá-lo.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Vanderlei Miranda, Tenente Lúcio e Juarez Távora proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Juarez Távora) - Com a palavra, o Deputado Weliton Prado.

- Os Deputados Weliton Prado e Getúlio Neiva proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Weliton Prado) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões do Trabalho - aprovação, na 16ª Reunião Ordinária, em 12/8/2009, dos Projetos de Lei nºs 3.162/2009, do Deputado Mauri Torres, 3.176/2009, do Deputado Fábio Avelar, 3.346/2009, do Deputado Adalclever Lopes, 3.398/2009, do Deputado Carlin Moura, 3.413/2009, do Deputado Ademir Lucas, 3.414/2009, do Deputado Gilberto Abramo, 3.415/2009, do Deputado Irani Barbosa, 3.416/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, 3.422/2009, do Deputado Djalma Diniz, 3.425 e 3.426/2009, do Deputado Tenente Lúcio, 3.427/2009, do Deputado Walter Tosta, 3.434/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr., 3.435/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes, 3.446/2009, do Deputado Dimas Fabiano, 3.447/2009, do Deputado Wander Borges, 3.451/2009, do Deputado Doutor Viana, 3.453 a 3.455/2009, do Deputado Eros Biondini, 3.457/2009, do Deputado Lafayette de Andrada, 3.459/2009, do Deputado Sebastião Helvécio, 3.460/2009, do Deputado Ronaldo Magalhães, 3.463/2009, do Deputado Adalclever Lopes, 3.467/2009, do Deputado Alberto Pinto Coelho, 3.468/2009, do Deputado Antônio Júlio, 3.471/2009, do Deputado Wander Borges,

3.472/2009, do Deputado Padre João, e 3.473/2009, do Deputado Inácio Franco, e dos Requerimentos nºs 4.223/2009, do Deputado Wander Borges, 4.295/2009, da Comissão de Assuntos Municipais, 4.311 a 4.313/2009, da Comissão de Participação Popular, e 4.326/2009, do Deputado Jayro Lessa; de Assuntos Municipais - aprovação, na 20ª Reunião Ordinária, em 12/8/2009, dos Requerimentos nºs 4.290/2009, da Deputada Rosângela Reis, e 4.327 a 4.330/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; de Segurança Pública - aprovação, na 14ª Reunião Extraordinária, em 12/8/2009, dos Requerimentos nºs 4.301 a 4.307, 4.310 e 4.322/2009, da Comissão de Direitos Humanos, e 4.308/2009 com a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos; de Cultura - aprovação, na 16ª Reunião Ordinária, em 12/8/2009, dos Projetos de Lei nºs 2.859/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.266/2009, do Deputado Wander Borges, 3.409/2009, do Deputado Délio Malheiros, 3.410/2009, do Deputado Neider Moreira, 3.428/2009, do Deputado Zé Maia, 3.458/2009, do Deputado Padre João, e 3.469/2009, do Deputado Carlos Mosconi, e do Requerimento nº 4.332/2009, do Deputado Inácio Franco; e de Turismo - aprovação, na 14ª Reunião Ordinária, em 13/8/2009, dos Requerimentos nºs 4.286, 4.287 e 4.318/2009, do Deputado Duarte Bechir, 4.289/2009, do Deputado Jayro Lessa, 4.316/2009, do Deputado Elmiro Nascimento, e 4.319 e 4.321/2009, do Deputado Doutor Viana (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos do Deputado Adalcleber Lopes (2), solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 2.336 e 2.852/2008.

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.771 e 2.949/2008, 3.187 e 3.284/2009 (À sanção.).

Questão de Ordem

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, fizemos aqui uma audiência pública com a presença dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Azeredo, de vários Deputados Federais e Estaduais, de conselhos dos aposentados e pensionistas, da federação e do sindicato. Tivemos a oportunidade de ouvir, com muita paciência, o Senador Paulo Paim, que falou sobre a tramitação de seus projetos, principalmente sobre a questão do fator previdenciário, e também do PLV nº 18/2006, que está no Plenário e corrige em 16,65% o salário dos aposentados. Ontem aconteceu em Brasília uma reunião entre o governo, a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - Cobap -, as centrais e as confederações, e foram apresentadas algumas propostas em relação à situação dos aposentados e pensionistas. O Senador Paulo Paim fez uma enquete, hoje, dando oportunidade de as pessoas dizerem "sim" ou "não" às propostas apresentadas ontem nessa reunião. Os pontos da enquete são: 1 - as entidades representativas aceitarão que o projeto que fixa os benefícios dos aposentados e pensionistas segundo o número de salários mínimos, Projeto de Lei nº 4.434/2008, fosse rejeitado; 2 - aceitarão a manutenção do veto ao PLV nº 18/2006, de 16,65%, ou seja, aceitarão o veto - há uma frente, e vários Deputados e Senadores já se manifestaram pela derrubada do veto -; 3 - mediante a aceitação desses dois pontos, o governo apresentaria uma proposta alternativa ao Projeto de Lei nº 1/2007, que concede o mesmo percentual de reajuste dado ao salário mínimo - a opção do governo seria conceder, em 2010, um percentual de reajuste real para os benefícios acima do salário mínimo -; 4 - o governo apresentaria também uma proposta para substituir o fator previdenciário, o Projeto de Lei nº 3.299, baseado na fórmula 85/95. Informo às pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia que todos os que votarem "sim", concordando com os termos da negociação, enterrarão de vez todas as propostas de corrigir o salário dos aposentados e pensionistas e manterão o fator previdenciário. Se votarem "não", continua a luta para derrubar o fator previdenciário e corrigir o valor das pensões e dos salários dos aposentados. Queremos fazer esse alerta porque estão querendo enterrar todas as esperanças de vez, sepultar todas as esperanças de um reajuste real dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Nas enquetes do Senador Paulo Paim e da Cobap, recomendamos que se vote "não" e que se continue a luta por uma qualidade de vida melhor dos aposentados e pensionistas.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Gilberto Abramo, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Getúlio Neiva. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Getúlio Neiva.

- O Deputado Getúlio Neiva profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Domingos Sávio, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Domingos Sávio.

- O Deputado Domingos Sávio profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Getúlio Neiva) - Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Padre João.

- O Deputado Padre João profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Almir Paraca, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Weliton Prado. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Weliton Prado.

- O Deputado Weliton Prado profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Wander Borges, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Wander Borges.

- O Deputado Wander Borges profere discurso, que será publicado em outra edição.

Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado Weliton Prado) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Registro de presença - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos dos Deputados André Quintão e Sargento Rodrigues e Sargento Rodrigues; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.367/2009; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 7; declarações de voto - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.035/2009; aprovação na forma do Substitutivo nº 3; prejudicialidade dos Substitutivos nºs 1 e 2; declaração de voto - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.771/2008; requerimento do Deputado Gilberto Abramo; deferimento; votação do projeto, salvo emendas, subemendas e destaque; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação do art. 3º do vencido em 1º turno; aprovação; votação das emendas e subemendas com parecer pela aprovação; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 5 a 7, 10 a 12 e 14; votação das Emendas nºs 13 e 15; rejeição; declarações de voto - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalcleber Lopes - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Mauri Torres - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmolo Aloise - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, nas galerias, de alunos e professores da Fundação de Ensino Superior de Passos - Fesp. Agradecemos a presença de todos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento dos Deputados André Quintão e Sargento Rodrigues, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 3.367/2009 seja apreciado em primeiro lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 3.035/2009 seja apreciado em segundo lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.367/2009, do Governador do Estado, que cria cargos de natureza especial no quadro geral de cargos de provimento em comissão da administração direta do Poder Executivo e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 a 7, que apresenta. As Emendas nºs 8 e 9 foram retiradas pelos autores. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 7. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.367/2009 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 7. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, inicialmente quero dizer que votamos favoravelmente ao projeto, e, no processo, foram apresentadas algumas emendas que fortalecem a possibilidade institucional de cooperação entre fundações associadas à Uemg, permitindo o aporte de recursos para as áreas da pesquisa, da extensão, da política de assistência estudantil. Temos consciência do papel estratégico, fundamental, que o ensino superior pode e deve ter em qualquer país, em qualquer nação, particularmente no Estado de Minas Gerais, que é tão diverso, com tantas potencialidades. É preciso investir no ser humano, na ciência, na tecnologia e aproximar o saber das camadas populares. Esse é o papel social das instituições de ensino superior. Minas Gerais, na sua complexidade, precisa, cada vez mais, ampliar as oportunidades de acesso do jovem ao ensino superior, e que ele seja de qualidade e se traduza também em benefícios para toda a comunidade. Sabemos que é uma grande luta o fortalecimento da nossa universidade estadual. Hoje temos um formato institucional com fundações associadas que permite um intercâmbio, uma cooperação maior. E essa legislação que acabamos de aprovar aqui hoje vai exatamente nesse caminho. Então, quero dizer com alegria que essa aprovação pelo conjunto dos Deputados e Deputadas desta Casa pode significar o fortalecimento de uma parceria maior e mais sólida da Uemg, das suas fundações, o que também repercute no Estado de Minas Gerais. Registro o empenho do Prof. Fábio Esper Kallas, da Fesp, da cidade de Passos, e também de toda a sua equipe, dos estudantes que estão aqui presentes, do Gilson, da Funed de Divinópolis, que também fez um acompanhamento muito próximo desse processo. Esperamos que

esse seja mais um passo para o fortalecimento do ensino superior de qualidade no Estado de Minas Gerais. Esta Casa merece parabéns ao aprovar esta matéria e merecem parabéns principalmente todos aqueles que se mobilizaram, deslocando-se até aqui, Belo Horizonte, para testemunhar o empenho desta Assembleia no fortalecimento do ensino superior em Minas. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, cumprimento os alunos da Fundação de Ensino Superior de Passos - Fesp -, que estão presentes neste Plenário. Cumprimento o Sr. Fábio Kallas, Reitor da faculdade, que também está acompanhando esse projeto. Trata-se de um importante projeto, porque o conjunto dos Deputados desta Casa, em 1989, durante a elaboração da Constituição mineira, tiveram a iniciativa de criar a Uemg, que hoje ganha mais um reforço. Cumprimentamos o Governador Aécio Neves e, especialmente, o Prof. Antonio Augusto Anastasia, que, como disse o Reitor Fábio Kallas, foi um grande incentivador das emendas a esse projeto. Sabemos que a Uemg ganhará um grande reforço, especialmente em suas fundações educacionais associadas: as faculdades de Passos, de Diamantina, de Ituiutaba, de Divinópolis. Esse projeto teve a melhor acolhida neste Plenário. O mais importante: conseguimos a aquiescência dos Deputados, que aprovaram o requerimento de inversão de pauta de autoria do Deputado André Quintão e deste parlamentar. Assim, a pauta foi invertida, e o projeto, aprovado em 1º turno. É uma noite de muita felicidade para o meio acadêmico, especialmente para as associadas. O art. 11 desse projeto, Sr. Presidente, diz o seguinte: "A Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg - e suas fundações educacionais associadas serão beneficiadas por programas especiais de desenvolvimento de atividades acadêmicas, nos termos da Lei Orçamentária Anual". Portanto, Sr. Fábio Kallas, esse artigo faz com que as fundações educacionais associadas à Uemg, agora mais que incorporadas por meio desse projeto de lei, tenham a oportunidade de conseguir uma dotação orçamentária, o que será de grande valia para esse meio acadêmico. Parabéns aos alunos da Fundação de Ensino Superior de Passos, que viajaram cerca de 350km para acompanhar essa votação. Parabéns à sua reitoria, ao seu Reitor, Fábio Kallas. Parabéns a todos os Deputados desta Casa, que mais uma vez abraçaram a causa da Uemg e das suas associadas, demonstrando que este Parlamento tem maturidade para entender as grandes causas que chegam a este Plenário. Parabéns. Espero que a faculdade possa comunicar aos demais alunos essa aprovação. Parabéns, mais uma vez, a todos os Deputados que compreenderam a grandeza desse projeto.

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.035/2009, dos Deputados Alencar da Silveira Jr. e Gilberto Abramo, que dispõe sobre a proibição de consumo de produtos derivados do tabaco em recintos coletivos fechados e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 3. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 3, ficam prejudicados os Substitutivos nºs 1 e 2. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.035/2009 na forma do Substitutivo nº 3. À Comissão de Saúde.

Declaração de Voto

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, agradeço a todos os Deputados que estão neste Plenário e aos Presidentes das comissões que colaboraram com a elaboração desse projeto. Ao chegar às comissões, esse projeto recebeu adaptações. Na Comissão de Saúde, tenho certeza de que o Deputado Carlos Mosconi, Presidente da Comissão, estipulará o prazo para que esse projeto de lei seja aprovado em Minas Gerais, ou seja, 90 dias, o que ainda não está previsto. Noventa dias é o prazo máximo que nós, mineiros, podemos dar para que a nova lei acabe com o fumo, com o uso do cigarro em recintos coletivos fechados, mas com respeito à liberdade das pessoas que fumam. Muito obrigado a este Plenário, muito obrigado aos Deputados.

O Sr. Presidente - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.771/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.309, de 19/6/2002, o art. 7º da Lei Delegada nº 125, de 25/1/2007, e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 9, que apresentou, ao vencido em 1º turno. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente, que opina pela aprovação das Emendas nºs 16, 17, 18 e 19 e das Subemendas nº 1, que apresenta, às Emendas nºs 10, 12 e 14 e pela rejeição das Emendas nºs 5, 6, 7, 11, 13 e 15. Vem à Mesa requerimento do Deputado Gilberto Abramo, solicitando a votação destacada do art. 3º do vencido em 1º turno. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso VII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o projeto, salvo emendas, subemendas e destaque. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, o art. 3º do vencido em 1º turno. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as emendas e subemendas com parecer pela aprovação. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação das Subemendas nº 1 às Emendas nºs 10, 12 e 14, ficam prejudicadas as Emendas nºs 5 a 7, 10 a 12 e 14. Em votação, as Emendas nºs 13 e 15. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.771/2008 na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 a 4, 8, 9 e 16 a 19 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 10, 12 e 14. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O Deputado André Quintão - Esse projeto foi alvo de muita polêmica. Sabemos que o Estado de Minas Gerais, infelizmente, apresenta hoje índices de desmatamento inaceitáveis. Também sabemos que seria necessária uma legislação que pudesse coibir ações que não contribuem para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade ambiental. Esse projeto tramitou durante um bom tempo nesta Casa e foi até objeto de reclamação pública do Governador. Nós, da Oposição, sempre apoiamos o conteúdo original do projeto, principalmente porque prevê, ao longo dos anos, a redução e a restrição da possibilidade de utilização da mata nativa como fonte energética primária. Solicitamos também a perda de prazo, para que a tramitação desse projeto fosse agilizada na Assembleia Legislativa. Defendemos o monitoramento e o rastreamento eletrônico e a floresta plantada, pois ela poderá ser uma alternativa a esse desmatamento irresponsável. Gostaria de tornar público e deixar registrado que entendemos que o projeto aqui votado hoje ficou aquém do que gostaríamos, pois acreditamos que houve uma flexibilização excessiva, fruto da correlação de forças instalada nesta Casa. Por outro lado, caso não houvesse essa negociação, o projeto provavelmente não estaria em condições de ser votado nesta noite. Dos males, o menor. É melhor contarmos com uma legislação protetiva do que não haver nada para coibir o desmatamento. Temos de nos lembrar de que temos o desafio de implementar o rastreamento eletrônico, pois não podemos aceitar que continuem utilizando mata nativa como fonte energética primária. Sabemos que, muitas vezes, são utilizados mecanismos para burlar a fiscalização e o controle. Por isso, é importante que o Estado disponibilize recursos orçamentários, para que, de fato, esse rastreamento seja efetivado. Esse projeto abriu a possibilidade de uma discussão estratégica sobre Minas Gerais. Não queremos e não podemos aceitar o desenvolvimento a qualquer custo. Temos de compatibilizar desenvolvimento, respeito ambiental e justiça social, pois o desenvolvimento, por si só, não emancipa os povos. É evidente que não pretendemos criar problema algum, dificuldade alguma para o pequeno e para o médio produtor, mas isso não foi tratado nessa legislação, pois o que está em jogo, muitas vezes, são os interesses dos grandes grupos que se utilizam do carvoejamento e do desmatamento irresponsável para auferir lucros, sem o cuidado com a natureza e com o ser humano. Votamos favoravelmente a esse projeto, mas fazemos a seguinte ressalva: acreditamos que o conteúdo original do projeto encaminhado a esta Casa respondia com mais determinação e cuidado às questões ambientais do Estado. Mas esta Casa é plural e é o espaço onde os interesses se manifestam, de modo que a votação de hoje é o resultado da correlação de forças instalada nos debates sobre esse projeto. Estamos com a consciência tranquila, porque a Oposição cumpriu o seu papel, incluindo o de agilizar a tramitação de um projeto encaminhado originalmente pelo governo, porque temos responsabilidade em relação ao Estado e consideramos que a questão ambiental é estratégica, pois qualquer tipo e modelo de desenvolvimento que não considere a questão ambiental está fadado ao insucesso, que está presente nas devastações, nas enchentes, na má qualidade do ar que respiramos e na má qualidade e na ausência da água em algumas regiões. Portanto, deixamos bem claro que votamos favoravelmente ao projeto, mas entendemos que o seu conteúdo final ficou aquém do que esta Casa poderia aprovar. Muito obrigado.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, Srs. Deputados e público presente nas galerias, rapidamente gostaria de declarar que,

evidentemente, como relator do projeto, votei "sim". Nesta oportunidade, respeitando as palavras do Deputado André Quintão, acredito que o projeto encaminhado pelo governo do Estado tinha uma relevância muito importante. Porém, como a Assembleia Legislativa é exatamente a casa onde as pessoas apresentam as suas ideias, temos de procurar, em um consenso, acolher aquelas que possam contribuir com o enriquecimento do nosso parecer. Confesso aos nobres colegas que esse foi um trabalho muito gratificante. Esse projeto chegou a esta Casa em meados do ano passado. Foi realizada audiência pública com a participação de todos os segmentos, e acredito que houve um grande consenso da maioria. Evidentemente, algumas pessoas têm de ceder um pouco, algumas ganham, outras perdem um pouco, mas isso significa que avançamos. Hoje podemos dizer com a consciência tranquila que apresentamos um parecer ousado, que pode até mesmo contribuir com o processo de negociação travado no Congresso Nacional. Penso que daremos um exemplo de negociação e de participação. É importante ressaltar nesta Casa esse momento, pois foi um trabalho importante. Aliás, como relator, sempre tenho dito que o parecer desse importante projeto, encaminhado pelo Governador Aécio Neves, não é meu; apenas o assinei. Ele representa a vontade da grande maioria dos Deputados desta Casa e das entidades que participaram desse processo. Gostaria, Sr. Presidente, de fazer rapidamente algumas menções, de demonstrar a todos vocês que nos assistem neste momento, aos nossos colegas e às pessoas presentes nas galerias o nível de participação que tivemos no debate realizado nesta Casa. Quero citar o nome de algumas entidades. Pode ser que me esqueça de algumas, por isso peço desde já desculpas. Mas é importante fazer esse registro neste momento: Faemg, representada pelos Srs. Marcos Abreu, Antônio Damásio e Carlos Alberto Oliveira; Amda, representada por Maria Dalce Ricas, Cristina Chiodi e Francisco Mourão; AMS, representada pelo seu Presidente, Dr. Eduardo Nascimento; Ibama, representado pelo Fábio Milagres Rodrigues; Ministério Público, representado pelo Luciano Badini Martins, da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente; Sindifer, representado pelo Paulino Cícero, da Secretaria de Governo, e órgãos públicos consultados. Aliás, é importante ressaltar a compreensão desses órgãos de governo durante várias reuniões realizadas nesta Casa - como Semad, IEF, Seapa e Cemig. Quero também registrar a participação muito importante de todos os membros da nossa Comissão de Meio Ambiente, Deputados Sávio Souza Cruz, Almir Paraca, Irani Barbosa, Vanderlei Jangrossi, Gil Pereira. Faço referência aos Deputados que de uma maneira ou de outra tiveram participação importante, apresentando emendas ou sugestões. Posso esquecer algum nome, mas faço questão de registrar a participação maciça dos parlamentares desta Casa: Deputados Adalcleber Lopes; Adelmo Carneiro Leão; Almir Paraca; André Quintão; Antônio Carlos Arantes; Antônio Júlio; Bráulio Braz; Carlos Gomes; Carlos Pimenta; Chico Uejo; Delvito Alves; Domingos Sávio; Doutor Viana; Gil Pereira; Gilberto Abramo; Gustavo Valadares; Inácio Franco; Irani Barbosa; Jayro Lessa; Juarez Távora; Lafayette de Andrada; Luiz Humberto Carneiro, nosso líder; Mauri Torres, Líder de Governo; Neider Moreira; Padre João; Sávio Souza Cruz e Vanderlei Jangrossi. Quero ainda registrar a participação de toda a assessoria desta Casa, que nos deu importantes contribuições, como o Júnior Bedê, toda a equipe da Comissão de Meio Ambiente, Pedro Chagas, Carlão, representante da Bancada PT-PCdoB. Enfim, este é o momento de agradecer a todas essas pessoas. Voltarei a falar sobre esse assunto no meu próximo pronunciamento em que terei, mais uma vez, a oportunidade de agradecer e reconhecer o trabalho de todas aquelas pessoas que me ajudaram a construir o parecer que foi aprovado aqui hoje. Graças a Deus foi aprovado sem nenhuma discussão, o que originou um parecer resultante de uma grande negociação nesta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Sr. Presidente, nobres colegas, primeiro quero cumprimentar nossos vizinhos, amigos e companheiros de Passos, amigos da Fesp, por intermédio do Diretor Fábio Kallas, que vieram participar da votação do Projeto de Lei nº 3.367. Houve um jovem, Sr. Presidente, que fez uma manifestação pela estadualização da Fesp-Uemg. Esse é o clamor da nossa juventude, dos nossos estudantes, dos nossos pais, da nossa região e provavelmente do Estado, que não tem uma faculdade, uma universidade gratuita, e há uma grande carência, uma grande necessidade disso. Conclamo nossos companheiros a levantar essa bandeira na Assembleia, para assim ajudarmos o Governador a transformar esse desejo em realidade. Quero também cumprimentar o Deputado Fábio Avelar, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que realmente fez um belo trabalho. Não podemos falar que resultou em cabelos brancos, porque não há como ficarem mais brancos, não é, Fábio? Causamos-lhe muita dor de cabeça. Com seu gesto democrático, com a sua forma capacitada de ouvir os companheiros, ele pôde melhorar muito o projeto do Código Florestal. Não podemos deixar de fazer, neste momento, nossas homenagens ao Governador Aécio Neves. Depois de tanto criticarmos o Secretário de Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, temos de agradecer-lhe e cumprimentá-lo pela coragem de apresentar um projeto que realmente muito evoluiu quanto ao Código Florestal. Também contribuimos aqui com grandes evoluções. Podemos dizer que agora o produtor passa a ter condições, dentro da legislação, de ocupar uma área consolidada. Antes, se você morasse na proximidade de um córrego, de um rio, de um ribeirão, de uma nascente ou se a sua propriedade tivesse áreas com alta declividade, acima de 45%, e você a ocupasse, era um criminoso. Essa legislação, da forma que está, extingue, no meu entendimento, mais de 200, 300 mil propriedades em Minas Gerais, talvez; no Brasil, são mais de um milhão de propriedades só nas Regiões Sul e Sudeste. Com essa nova legislação mineira, aprovada por nós neste momento, o produtor se tranquilizará. A partir do momento em que o Governador sancionar essa lei, o produtor passará a viver naquele local de forma legítima, sem estar infringindo a lei. Trata-se de um grande avanço, não temos dúvida. O Deputado André Quintão fala a respeito do rastreamento do carvão, de onde está vindo o carvão de nossas florestas. Se é de floresta nativa, realmente sabemos que é crime. No meu entendimento, nesse aspecto o avanço não foi grande. Isso porque haverá forma de burlar a rastreabilidade. Precisamos que os recursos, vindos principalmente da aplicação de multas e das contribuições normais e legais, sejam aplicados efetivamente na fiscalização. É possível fiscalizar onde se está desmatando. Hoje, por intermédio de pesquisa no Google, no sistema digital, na informática, é possível rastrear e ver que onde havia uma mata ontem, hoje, ela já não existe, foi devastada. Temos de criar normas mais rígidas, fiscalização mais rigorosa para inibir os exploradores de madeira nativa. Porém temos, sim, de incentivar o que foi incentivado no nosso projeto: a exploração e a produção de matas plantadas. A evolução é muito grande. A partir do momento em que o Governador sancionar essa lei, não será mais preciso o produtor se humilhar, ficar correndo atrás de certidões para legalizar o corte de uma mata plantada. Se a mata é plantada, ele terá o direito de cortar quando quiser e pagar o seu tributo, os seus impostos por meio de nota fiscal. A evolução é muito grande, mas ficaram, sem dúvida, muitas coisas para trás que ainda não percebemos, principalmente sobre a exploração das áreas de preservação permanente, que poderão ser transformadas em arbóreas e em agropastoris. Muitas atividades agrícolas serão extintas se quiserem permanecer dentro da lei. Não podemos deixar de admitir que avançamos, e muito. Queremos agradecer a todos os Deputados que contribuíram e, principalmente, ao Governador e ao Secretário, que encaminhou esse projeto. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, este projeto passou por aprofundado processo de discussão. Garantimos muitos direitos dos produtores rurais, mas o projeto deixa lacunas que precisam ser preenchidas. Quando nos referimos ao meio ambiente em Minas Gerais, à preservação do meio ambiente, à preservação das águas, à perfuração de poços artesanais ou aos reflorestamentos, dirigimos nossa atenção para o Norte de Minas. Sr. Presidente, é necessário que os governantes, sejam eles do governo federal ou estadual, procurem entender o que está acontecendo no Norte de Minas, onde estão localizadas as reservas florestais do Estado. No Sul de Minas, no Triângulo, na região Central e em outras regiões, é fácil verificar que não existem reservas florestais. Os grandes proprietários já destruíram tudo. São áreas que foram destinadas às monoculturas, como as de soja, de milho ou de café. O que ainda existe de reserva está no Norte de Minas. Quando falam em preservação das nossas florestas, estão se referindo ao que ainda existe de preservação no Norte de Minas. Hoje, praticamente toda a região do Norte de Minas, dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e parte do Noroeste de Minas não podem manter atividade econômica alguma, por causa do desmatamento zero. Estão sendo aplicadas multas pesadíssimas ao produtor rural, e toda a economia norte-mineira está sendo dizimada. Há produtores que são multados em milhões de reais. Se venderem as propriedades, não arrecadarão dinheiro suficiente para arcar com as multas recebidas. Temos de ter nossos olhos voltados para uma legislação específica para o Norte de Minas. Do contrário, poderemos vir a ter 250 mil desempregados, pois a economia sucumbiu naquela região. É necessário que os itens que não ficaram claros sejam discriminados; que o governo federal deixe de baixar deliberações normativas, como fez agora, classificando todo o Norte de Minas como mata atlântica. Não se pode plantar nada ou desenvolver atividade econômica naquela região. As terras devolutas que estavam nas mãos de empresas reflorestadoras, que plantavam eucalipto, estão paradas, não há atividade. O desemprego está assustador no Norte de Minas. Pedimos que, com a aprovação desta lei, detalhem essa legislação. Faço apelo ao governo federal para que não coloque o Projeto Jaíba na deliberação normativa da mata atlântica, liberando o Norte de Minas para caminhar com suas próprias pernas. Não podemos ter uma legislação para o resto do Estado e uma legislação restritiva para o Norte de Minas. Enquanto todo o Estado não tem os 20% da reserva legal, o Norte de Minas tem mais de 50% da reserva legal, e estão destruindo as outras regiões, comprando áreas do Norte de Minas a preço aviltante, para constituir as reservas legais do que destruíram no Sul e no Triângulo do Estado. É um absurdo o que está acontecendo. Neste momento, solicito ao Governador do Estado, Aécio Neves, que olhe com carinho o detalhamento dessa legislação, que entre em contato com o governo federal, para evitar que o governo Lula continue o que está fazendo no Norte de Minas, destruindo a economia norte-mineira, onde se localizam as pessoas mais pobres de Minas Gerais, Sr. Presidente. A nossa realidade é a do Nordeste brasileiro. Lá não se planta nada, mas as multas estão chovendo na nossa região. Quero deixar bem claro o descontentamento do produtor do Norte de Minas, que não aguenta mais as deliberações normativas, os decretos feitos nos gabinetes de Brasília, que estão destruindo, que já destruíram a economia norte-mineira.

Queremos preservar, mas também queremos ter condições de plantar, colher e comercializar a nossa safra. Mais uma vez, peço ao Governador Aécio Neves que tenha uma séria conversa com o Presidente Lula para que não trate discriminatoriamente o Norte de Minas em relação ao Brasil e aos outros Estados. Muito obrigado.

O Deputado Zé Maia - Sr. Presidente, quero destacar a importante votação que a Assembleia fez na noite de hoje do Projeto de Lei nº 3.367/2009, consolidando a parceria da Universidade do Estado de Minas Gerais com as fundações associadas. A Uemg presta relevante serviço ao ensino superior de Minas Gerais, reconhecido em todo o Brasil. Tanto é que o Reitor da Uemg é o Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais do nosso país, dada a sua importância. Um dos papéis da Uemg no ensino superior de Minas Gerais é a parceria com as fundações associadas, com a Fundação Educacional de Ituiubata - Feit -; com a Fundação de Ensino Superior de Passos - Fesp -; com as fundações de Divinópolis, de Campanha, de Carangola e de Diamantina. Vale destacar que as fundações associadas levam esse trabalho a sério e têm contribuído, de forma efetiva, para o ensino superior em Minas Gerais, com cursos muito bem avaliados. Encontram-se presentes o Prof. Fábio Kallas, vários alunos e professores da Fundação de Ensino Superior de Passos. Segundo o Prof. Fábio Kallas, que é o Presidente do Conselho Curador da Fesp, dos 21 cursos da Fundação, 18 foram avaliados pelo Conselho Estadual de Educação com nota "A". Isso mostra a seriedade do trabalho das fundações nesses cursos. Agradecemos ao Governador Aécio Neves, ao Vice-Governador Antônio Anastasia a criação do ProUemg, que também fortalece essa parceria entre a Uemg e as fundações associadas, dando aos seus alunos carentes condições de cursar a faculdade. Portanto, a aprovação desse projeto consolida e aprofunda o vínculo e a parceria entre as fundações e a Uemg nesse modelo extremamente vitorioso. Precisamos olhar muito atentamente para esse modelo de ensino que temos em Minas Gerais, com a participação do governo do Estado no financiamento de bolsas de estudo para alunos carentes. Talvez esse seja um dos melhores modelos de ensino superior no nosso país. O resultado é extremamente exitoso. Agradecemos aos companheiros Deputados, que votaram favoravelmente a esse projeto. Quero dizer a todos os presentes e a todas as fundações associadas à Uemg que acredito firmemente que essa é uma parceria que precisa ser mantida, ampliada e que é um grande modelo a ser seguido, um modelo que Minas Gerais deve exportar para todo o País. Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns às fundações e à Uemg pelo grande trabalho que realizam em conjunto.

O Deputado Paulo Guedes - Quero também manifestar minha preocupação quanto à aprovação desse projeto de lei. Sempre fui contrário ao modo como as coisas andam rapidamente nesta Casa, quando se trata de interesse do meio ambiente e de votação de Código Florestal. O Código traz alguns avanços mas, a meu ver, ele poderia ser muito mais abrangente, poderia especificar melhor uma forma geral de atuação dos órgãos ambientais do Estado. Falo isso porque trago aqui a preocupação de uma região que não suporta mais a atuação dos órgãos de meio ambiente, o Norte de Minas. As pessoas que atuam nessa região - os técnicos, a Polícia Ambiental, até a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros - usam um aparato que está paralisando a economia do Norte de Minas. Para que se tenha uma ideia do tamanho do absurdo, Sr. Presidente, o Projeto Jaíba da região já possui uma grande área averbada como reserva legal. Os pequenos produtores que tiveram dificuldades e deixaram o mato crescer no seu lote não podem plantar, porque os órgãos de meio ambiente não deixam. Estão inviabilizando a produção da nossa região. Falta sensibilidade aos órgãos de meio ambiente do Estado. A cada dia, surge uma nova lei, uma nova portaria, um novo decreto. Essas pessoas estão passando por cima de todo mundo, estão criando leis aleatoriamente por meio de portarias e decretos, paralisando a economia da nossa região. O produtor rural de lá já não suporta mais a atuação dos órgãos ambientais. Esses órgãos deveriam atuar também no Triângulo Mineiro e no Sul de Minas. Sabemos que, no Triângulo, estão desmatadas 97% das reservas florestais. E eles querem agora transformar o Norte de Minas numa grande área de reserva ambiental. Seria favorável a isso se existisse uma compensação. As pessoas estão passando necessidade, a nossa região está empobrecendo-se, os trabalhadores estão saindo de lá para cortar cana e trabalhar no Triângulo e no Sul de Minas, vivendo de subempregos. Outras regiões estão desenvolvendo-se, mas o Norte de Minas está transformando-se numa grande reserva ambiental. Para amenizar isso, temos um projeto de lei tramitando na Casa que cria o ecocrédito. Já que o governo não quer deixar o Norte de Minas produzir e se desenvolver, poderia pelo menos colocar o meu projeto que está tramitando na Casa, que trata do crédito aos pequenos produtores, para ser votado, o que levaria à indenização dos produtores, que estão no Norte querendo produzir, mas são impedidos de fazê-lo pelo IEF. Hoje, se o produtor deixar o mato crescer e roçar depois, recebe uma multa absurda. As pessoas estão em pânico na região. É preciso que o governo do Estado tome providências. Quero discordar do colega Deputado Carlos Pimenta, que disse que essa é uma medida do governo federal. No Norte de Minas não há nenhum órgão do governo federal multando os produtores. São os órgãos estaduais que estão multando os produtores - o IEF, o Igam. Há todo um aparato montado para isso, com Polícia Militar Ambiental e Corpo de Bombeiros. Precisamos discutir o acordo, Deputado Almir Paraca, de arrecadação do IEF. A Secretaria de Meio Ambiente do Estado é autossustentável: mantém-se por meio dessas multas. E é a região mais pobre do Estado que está pagando o pato, o Norte de Minas. Essa região deveria receber incentivos, mas está sendo vítima de um saco de maldades praticadas por essa ditadura ambiental que se instalou na região. Que fique registrado aqui o nosso protesto.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, queremos também reafirmar o que já foi dito aqui com muita clareza pelo nosso colega Deputado André Quintão quanto à posição da Bancada PT-PCdoB. Na nossa avaliação, desde o primeiro momento apoiamos o projeto original enviado pelo governo do Estado. Acreditamos que o projeto, na versão final, foi objeto de muitas concessões, de muita flexibilidade por parte da nossa Bancada e acreditamos que, apesar disso, justifica-se sua aprovação, de maneira muito especial, porque determina, com muita clareza, a redução da produção de carvão de mata nativa. Agora, tal redução deve se feita não mais por oito anos, como constava na proposta original, mas por nove anos. Criou-se um calendário para que as empresas siderúrgicas, metalúrgicas pudessem ampliar sua produção de reserva florestal para a produção de carvão, chegando a 95% de consumo próprio, por meio de suas reservas florestais, estabelecendo-se também o que não havia até então - punição para as empresas que não alcançarem os percentuais previstos na legislação. A decisão da área ambiental do Estado é promover o rastreamento e o monitoramento eletrônico do transporte do carvão, para inibir, de forma mais eficaz e efetiva, a produção e o consumo de carvão de mata nativa, que infelizmente ainda alcançam índices elevados não só no Estado de Minas Gerais. Como nosso Estado é o principal consumidor de carvão do País para a área siderúrgica, somos consumidores e, de alguma maneira, também estimulamos a produção de carvão de mata nativa além das fronteiras do Estado. Acreditamos que o monitoramento eletrônico vai coibir e inibir essa prática. Com isso, ganha o meio ambiente. Sr. Presidente, a respeito das concessões e das polêmicas que atrasaram a tramitação desse projeto até aqui, gostaríamos de dizer que ainda estamos devendo - não só Minas Gerais, mas o Brasil está devendo. Do nosso ponto de vista, a discussão que está ocorrendo no Congresso Nacional, no que diz respeito à revisão do Código Florestal, também não leva em conta essa nossa visão. Acreditamos que o custo do serviço ambiental que a sociedade brasileira entender que deve ser feito - é necessário que se faça a proteção de percentuais de reservas legais, das APPs, da produção de água - tem de ser discutido e remunerado ou compensado de alguma forma pela sociedade. O que não se pode é fazer um discurso raso, com uma visão simplista, e pura e simplesmente ir flexibilizando a legislação ambiental diante da gravidade da questão ambiental climática que estamos vivendo no planeta. Infelizmente, parece que os produtores não conseguem perceber aqui mesmo, em Minas Gerais, que se o clima se altera a ponto de a temperatura aumentar um ou dois graus, toda a produção de café do Estado pode ficar irremediavelmente comprometida. Portanto, é este cômputo, é este cálculo que entendemos necessário. Se quisermos de fato avançar na legislação ambiental, em primeiro lugar isso tem de ser feito na esfera federal. Nós, aqui, só podemos fazer legislação concorrente, e não alterar a matriz da legislação, nessa linha de considerar aquilo que é serviço ambiental inarredável, imprescindível. E que a sociedade discuta como custear esse serviço ambiental. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O Deputado Almir Paraca - Gostaria de pedir o encerramento, de plano, da reunião, uma vez que não temos quórum.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 12, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.949/2008; aprovação na forma do vencido em 1º turno; verificação de votação; ratificação da aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.187/2009; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.175/2007; votação do projeto, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; rejeição - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.926/2008; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 702/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 896/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.284/2009; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.316/2009; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 568/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.984/2009; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.163/2009; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.210/2009; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.338/2009; aprovação com as Emendas nºs 1 e 2 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.351/2009; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.352/2009; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.442/2009; aprovação; declaração de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 2.771/2008, 3.035 e 3.367/2009, apreciados na extraordinária realizada ontem à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.949/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.994, de 18/9/2001, que institui o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - Cafimp -, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência informa ainda que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Sebastião Helvécio - Sr. Presidente, meu voto é "sim".

O Deputado Pinduca Ferreira - Sr. Presidente, meu voto é "sim".

O Sr. Presidente - Estão computados. Votaram "sim" 38 Deputados, que, somados aos 2 em comissão, perfazem o total de 40 parlamentares. Está ratificada a aprovação do projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.949/2008 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.187/2009, do Governador do Estado, que altera as Leis Delegadas nº 100, de 29/1/2003, e nº 175, de 20/1/2007. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. No decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto duas emendas do Deputado Délio Malheiros, que receberam os nºs 2 e 3. A Emenda nº 3 foi retirada pelo autor. Nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, a Emenda nº 2 será submetida a votação independentemente de parecer. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação a Emenda nº 2. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.187/2009 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.175/2007, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação de nascimentos sem identificação de paternidade à Defensoria Pública. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado João Leite opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Direitos Humanos, que opina pela rejeição da Emenda nº 1. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.175/2007 na forma original. À Comissão de Direitos Humanos.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.926/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que altera o art. 15 da Lei nº 12.729, de 30/12/97. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.926/2008 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 702/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a informação de quitação de débitos anteriores nos instrumentos de cobrança enviados ao consumidor. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 702/2007 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 896/2007, do Deputado Delvito Alves, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento Industrial da Região Noroeste do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A Comissão de Meio Ambiente perdeu prazo para emitir parecer. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 896/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.284/2009, do Deputado Elmiro Nascimento, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.316/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 568/2007, do Deputado Fábio Avelar, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à pesquisa, à preparação e à utilização de produtos fitoterápicos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 568/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.984/2009, do Deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Silveirânia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.984/2009 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.163/2009, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conquista o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.210/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Martinho Campos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.210/2009 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.338/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Governador Valadares o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.338/2009 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.351/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - localizadas em Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.352/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da Sociedade São Vicente de Paulo - SSVV - localizadas em Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.442/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamogi o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Declaração de Voto

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, nesta manhã procedemos à votação de vários projetos importantes da pauta. Destaco o Projeto nº 702/2007, de minha autoria, que tem o intuito de melhorar a relação entre o consumidor e as empresas de forma geral. Sr. Presidente, esse projeto é simples, mas traz informações importantes, prevê que o fornecedor informará, no instrumento de cobrança enviado ao consumidor, nos boletos de cobrança de uma forma geral, a relação de débitos quitados e não quitados em um período correspondente aos 12 meses anteriores, para que o consumidor acompanhe suas dívidas junto a essas empresas, estando atento a essa relação contratual. O projeto prevê ainda o destaque, no boleto, do início e do término do contrato, para que o consumidor tenha informações e se previna de débitos. A não obediência a esses requisitos aprovados em 2º turno sujeitará o infrator às sanções previstas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, certamente, com pagamento de multa. É importante destacar nessa declaração de voto que, com a aprovação desse projeto em 2º turno, ele seguirá o trâmite normal, e o Presidente desta Casa oficialará ao Governador para que esse projeto seja sancionado ou vetado. Houve acordo nesta Casa entre Oposição e base de governo sobre essa proposição e, certamente, ela seguirá com orientação para que o Governo sancione esse projeto, disponibilizando ao consumidor mineiro essas valiosas informações. A título de exemplo, hoje, pessoas que possuem contrato com empresas de telefonia móvel não têm essas informações nos boletos de pagamento. Normalmente, as empresas têm assessoria e corpo jurídico atuante e eficiente, tornando a relação contratual desequilibrada. Faremos tudo que pudermos para orientar o consumidor, disponibilizando informações de fácil compreensão, pois são dados importantes para equilibrar as forças nessa luta desigual. Portanto, é um projeto importante, aprovado pelos Deputados desta Casa nesta manhã. Acredito que, em poucos dias, será sancionado, e mais uma lei será entregue à população para proteger o consumidor em Minas Gerais. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Antes de encerrar a reunião, a Presidência informa aos colegas que hoje é aniversário do nosso ex-Presidente e colega Deputado Antônio Júlio, a quem, em nome da Mesa e de todos os Deputados desta Assembleia, desejamos muitas felicidades, muitos anos de vida e muito êxito em sua missão de homem público.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária também de hoje, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 2/3/2009

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Hely Taquínio, 2º-Secretário e Sargento Rodrigues, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.439/2009, altera o art. 12 e o "caput" do art. 13 da Deliberação nº 2.434, de 24 de novembro de 2008, que regulamenta o art. 6º da Resolução nº 5.310, de 21 de dezembro de 2007, que institui a Carteira de Identificação Funcional. Isso posto, por meio da Deliberação nº 2.440/2009, a Mesa altera dispositivos da Deliberação nº 2.109, de 5 de outubro de 2001, que regulamenta habilitação, capacitação, aperfeiçoamento e especialização do servidor da Secretaria da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Banco BMG S.A., tendo como objeto a averbação de consignações em folha de pagamento de servidores ativos efetivos, servidores inativos e deputados da ALMG, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.325/2007 - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termos de contrato a serem celebrados entre esta Assembleia Legislativa e as empresas Linear Equipamentos Eletrônicos S.A., e Contato Produções e Radiodifusão Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção corretiva, preventiva e assistência técnica em sistemas de captação e retransmissão de sinais de áudio e vídeo da TV Assembleia, instalados no interior do Estado de Minas Gerais, com fornecimento de peças e componentes - parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 75/2008, Pregão Eletrônico 69/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e TV, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Dimas Fabiano - parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e das Resoluções nºs 5.086, 31/8/90, 5.195, de 4/7/2000, e 5.310, de 21/12/07, e da Lei nº 15.014, de 15/1/04, exonerando, a pedido, a partir de 3/3/09, Sergio Mechelany Veloso do cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Analista de Sistemas, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o cumprimento das condições previstas nos incisos I a IV do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, das disposições contidas na Lei nº 15.014, de 15/1/04, na Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, e nos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e na Resolução nº 5.086, de 31/8/90, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 10/2/09, o servidor Aymoré Corrêa Marra, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 9 de março e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 9 de março de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 9/3/2009

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Hely Taquínio, 2º-Secretário e Sargento Rodrigues, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.441/2009, institui programa para prorrogação da licença-maternidade no âmbito da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Beneficente e Promocional dos Moradores do Município de Cantagalo, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Cottar Manutenções Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de instalações, consertos reparações e manutenções prediais nas dependências do Palácio da Inconfidência, Edifício Tiradentes e seus anexos – parecer favorável à retificação do ADT/02/2009, referente ao reajuste do preço para o período de 14 de dezembro de 2008 a 14 de dezembro de 2009 e prorrogação contratual, com vigência a partir da assinatura, considerando manifestações da Gerência de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – ASSPROM, tendo como objeto a prestação de serviços de trabalhadores mirins – parecer favorável à aplicação da cláusula de reajuste de preço, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Portas & Cia. Ltda., tendo como objeto o fornecimento e instalação de forro removível em placas de gesso giprex – parecer favorável à ampliação do objeto em 49,30% (quarenta e nove vírgula 30 por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente no sentido de que seja prorrogada a disposição da servidora Ione da Costa Pereira Gama para o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, para continuar prestando serviços no Cartório da 102ª Zona Eleitoral de Divinópolis, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2009, com direito aos vencimentos e vantagens de seu cargo nesta Secretaria, nos termos da Deliberação da Mesa nº 363, de 29/3/89. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 16 de março e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de março de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 16/3/2009

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Hely Taquínio, 2º-Secretário e Sargento Rodrigues, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) suspender, por tempo indeterminado, a concessão, com ônus para esta Casa, da licença em caráter especial para estudo de interesse da Assembleia, de que tratam o inciso I do "caput" do art. 171 da Deliberação da Mesa nº 269, de 4 de maio de 1983, e o inciso I do "caput" do art. 170 da Resolução nº 800, de 5 de janeiro de 1967; 2ª) tornar sem efeito, considerando Recomendação do Ministério Público Estadual, o ato publicado no Minas Gerais – Diário do Legislativo, edição de 20/2/2009, que nomeou Patrícia Aparecida Ferreira Silva para o cargo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL – 31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia, em virtude de sua classificação em 10º lugar em concurso público, assegurando a reserva de uma vaga dentre as sessenta previstas no Edital nº 01/07. Isso posto, a Mesa, através da Deliberação nº 2.442/2009, altera os incisos I a IV do "caput" do art. 15 e os incisos I a IV do § 1º do art. 16 da Deliberação da Mesa nº 2.336, de 21 de agosto de 2003, e o "caput" do art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.339, de 11 de novembro de 2003. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo: ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termos de contrato a serem celebrados entre esta Assembleia Legislativa e os municípios mineiros de Barão de Cocais, Botelhos, Campos Gerais, Capitólio, Carandaí, Carneirinho, Cascalho Rico, Claro das Poções, Diamantina, Douradoquara, Entre Rios de Minas, Felisburgo, Felixlândia, Guanhães, Itabira, Itambacuri, Itapagipe, Iturama, Juruaia, Limeira D'Oeste, Pedra Azul, Pedro Leopoldo, Machado, Pirajuba, Mantena, Pium-í, Minas Novas, Planura, Monte Alegre de Minas, Poços de Caldas, Monte Carmelo, Ponte Nova, Montes Claros, Perdizes, Pouso Alegre, Prata, Nova Ponte, Nova Serrana, Pará de Minas, Passa Quatro, Santa Maria do Suaçuí, Patins, Santa Vitória, Santo Antônio do Rio Abaixo, São João Paraíso, Serro, Teófilo Otoni, Três Corações, União de Minas, Sabinópolis, São Francisco de Sales, Visconde do Rio Branco, Curvelo, Muzambinho, Várzea da Palma, Bom Despacho, Tombos, Espinosa, Lavras, Itaobim, Fervedouro e Andradas, cujo objeto é a cessão de uso da estação repetidora da TV Assembleia, de propriedade dos municípios – parecer favorável à contratação, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Tv, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a CTBC Multimídia Data Net S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de conexão de dados – parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 114/2008, Pregão Eletrônico nº 108/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Sistemas de Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a WMW Sistemas de Vídeo Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva; elaboração e execução de projetos de instalação e remanejamento de equipamentos; consultoria técnica, suporte técnico e treinamento para utilização de equipamentos e acessórios de captação de áudio e vídeo, de copiagem de fitas, de edição linear e não linear, de pós-produção, de distribuição e exibição de sinais de rádio e televisão e de circuito interno de televisão – parecer favorável à prorrogação emergencial por 90 dias ou até que se ultime o procedimento licitatório em andamento, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Tv, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Cetest Minas Engenharia e Serviços S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de ar condicionado, incluindo sistemas informatizados de automação, equipamentos e instalações – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao Deputado Doutor Viana, requerimento de natureza administrativa do Deputado Dinis Pinheiro – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 17 de março e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 17 de março de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 23/3/2009

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-

Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Hely Taquínio, 2º-Secretário e Sargento Rodrigues, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Multipães Indústria e Comércio Ltda., tendo como objeto o fornecimento de lanches para servidores e prestadores de serviços terceirizados e servidores da gráfica e xerox – parecer favorável à ampliação do objeto em 16,19% (dezesseis, vírgula dezenove por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a ARC Livraria Ltda.-ME, tendo como objeto o fornecimento de livros à Biblioteca Camilo Prates – parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 103/2008 – Pregão Eletrônico nº 97/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Documentação e Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Salém Serviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de transporte de pequenas cargas e encomendas, por meio de quatro motocicletas equipadas com baú – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Tom Comunicação Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de publicidade – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Asa Comunicação Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de publicidade – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 30 de março e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 30 de março de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 30/3/2009

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Hely Taquínio, 2º-Secretário e Sargento Rodrigues, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de fevereiro de 2009, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – FUNDHAB – referente ao mês de fevereiro de 2009, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos Deputados referentes à aplicação, até 27/2/2009, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.331, de 30 de abril de 2003. Isso posto, através da Deliberação nº 2.443/2009, a Mesa regulamenta a assistência relativa à capacitação e à qualificação profissional do servidor no âmbito da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Floripa Tecnologia Indústria e Comércio Ltda., tendo como objeto o fornecimento de solução completa para digitalização dos processos de captura, edição, armazenamento e automação da exibição dos conteúdos de áudio e vídeo da TV Assembleia – parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 115/2008, Pregão Eletrônico nº 109/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e TV, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Consórcio Operacional do Sistema de Bilhetagem Eletrônica SBE/BH – Transfácil, tendo como objeto a cessão de uso dos cartões BHBUS de vales-transporte e a prestação de serviços relativos ao atendimento de vales-transporte eletrônicos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Líder Táxi Aéreo S.A. Air Brasil, tendo como objeto o fretamento de aeronave – parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 109/2008, Pregão Eletrônico nº 103/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Caixa Seguradora S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de seguro de acidentes pessoais coletivo para os motoristas e servidores da contratante – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 26/2/09, o servidor Carlos Álvaro dos Santos Pinto, ocupante do cargo de Técnico de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 26/2/09, o servidor Martinho Marques de Oliveira, ocupante do cargo de Oficial de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da Secretaria; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 26/2/09, a servidora Anilza Alves Barbosa, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 26/2/09, o servidor João Cândido da Costa Neto, ocupante do cargo de Oficial de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 16/2/09, a servidora Maria Martins Ramos, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 6 de abril e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 6 de abril de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 17/3/2009

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Hely Taquínio, 2º-Secretário e Sargento Rodrigues, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide tornar sem efeito, considerando Recomendação do Ministério Público Estadual, o ato publicado no Minas Gerais – Diário do Legislativo, edição de 20/2/2009, que nomeou Emerson Nascimento Veiga para o cargo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia, em virtude de sua classificação em 22º lugar na lista geral, e em 2º lugar na lista de deficientes, no concurso público, e, por consequência, todos os atos subsequentes, inclusive a posse, assegurando a reserva de uma vaga dentre as sessenta previstas no Edital nº 01/07. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97,

e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: prorrogando a disposição da servidora Ione da Costa Pereira Gama, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, para o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Geras, para continuar prestando servidos no Cartório da 102ª Zona Eleitoral, de Divinópolis, no período de 1º/1/2009 a 31/12/2009, com ônus para esta Casa; nomeando os seguintes servidores, em virtude de aprovação em concurso público: Alessandra Strambi de Almeida para o cargo efetivo de Procurador; Leanderson de Morais Resende, para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Policial Legislativo Masculino; Orlando Laboissiere para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico em Eletrônica; Renato Vinicius dos Santos para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico em Mecânica; Hudson de Martim para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Analista de Sistemas – Área I; Márcio Migueletto de Andrade para o cargo de Analista Legislativo, na especialidade de Analista de Sistemas, Área I; Diogo Celso de Rezende Neiva para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor em Direito, Área I; Ana Sílvia Belo de Abreu para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor do Processo Legislativo; Danielle Matos Baracho para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor do Processo Legislativo; Alberto Kazuo Fuzikawa para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Médico. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 23 de março e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 23 de março de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

Ata da 1ª Reunião Conjunta DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES - § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO - na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 14/7/2009

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Inácio Franco, Juarez Távora e Lafayette de Andrada, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Está presente, também, a Deputada Gláucia Brandão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.337/2009, em turno único, para o qual designou relator o Deputado Juarez Távora, que conclui pela aprovação, no turno único, do Projeto de Lei nº 3.337/2009 com as Emendas nºs 58, 67, 69, 92 e 105; apresentadas por parlamentares, com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 6, 57, 59, 60, 68, 70, 71, 72 e 97, e com as Emendas nºs 212 a 217, apresentadas ao final deste parecer; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 90, 91, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210 e 211. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião conjunta, hoje, às 21h25min, no Plenarinho IV, para apreciação do parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.337/2009, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2009.

Zé Maia, Presidente - Jayro Lessa - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Chico Uejo.

Ata da 18ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 4/8/2009

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Paulo Alkmim, Ouvidor de Polícia, encaminhando, para conhecimento e adoção de medidas legais cabíveis, cópia de denúncias sobre o possível envolvimento de policiais civis lotados nas Delegacias de Polícia de Nova Serrana, Belo Horizonte, São Sebastião do Paraíso, Campo Belo, Joáima, Betim, bem como do policial civil Vladimir Batista da Rocha, de Ibirité; e Cezar Romero Machado Santos, Cel. PM Corregedor, encaminhando cópia da documentação referente a avaliação feita pelo setor técnico da Ouvidoria-Geral do Estado sobre os estudos que menciona, da correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil, e Paulo César Duarte, Diretor do Conselho de Segurança Pública de Diamantina (11/7/2009); Murilo Andrade de Oliveira, Superintendente de Articulação Institucional e Gestão de Vagas da Subsecretaria de Administração Prisional da Secretaria de Estado de Defesa Social, e Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Administração Prisional (17/7/2009); Antônio Marcos Pereira, Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e da Sra. Luciana Nobre de Moura, Corregedora da Secretaria de Defesa Social, e Maurício Campos Jr., Secretário de Defesa Social (25/7/2009). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.268, 4.271, 4.251, 4.252 e 4.253/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento da Deputada Maria Tereza Lara em que solicita seja encaminhado ao Desembargador Joaquim Alves de Andrade pedido de providência para incluir a Comarca de Igarapé no Projeto Novos Rumos, bem como seja realizada, em Igarapé, reunião de audiência pública sobre o referido assunto. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2009.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Tenente Lúcio - Rômulo Veneroso.

Ata da 17ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 5/8/2009

Às 9h8min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Durval Ângelo e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Vanderlei Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos, em audiência pública, sobre a situação dos moradores do Bairro Camargos, que pleiteiam a saída da empresa Serquip devido aos danos que suas atividades causam à população e ao meio ambiente; apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar

proposições da Comissão. O Presidente comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Josué Costa Valadão, Secretário de Governo de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao requerimento desta Comissão encaminhado por meio do Ofício nº 715/2009/SGM e comunicando seu interesse em participar das audiências públicas e reuniões desta Casa relacionadas ao transporte público; Rinaldo Kennedy Silva, Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal de Belo Horizonte, encaminhando cópia de ata de audiência em que figuram como réus Carlos Roberto de Souza e Marcelo de Souza Barbosa; Rodrigo Filgueira de Oliveira, Promotor de Justiça do CAO-DH, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.695/2009 e encaminhando parecer e ofícios; Wanderley Salgado de Paiva, Juiz de Direito da 30ª Vara Cível de Belo Horizonte, encaminhando cópia de documentos relativos a ação de reintegração de posse, ajuizada por Simone Simões Campos Géo e tendo como réu João Rodrigues de Moraes; Antônio Paulino, preso na Penitenciária Francisco Floriano de Paula, de Governador Valadares, solicitando ajuda com relação a seu processo; e Carlos Cândido Teles, preso na Penitenciária Francisco Floriano de Paula, de Governador Valadares, solicitando a indicação de defensor público; e da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Emanuel Carneiro (2), Diretor-Presidente da Rádio Itatiaia (15/7/2009 e 18/7/2009); Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil; Cláudio de Souza, Corregedor do Conselho Regional de Medicina; Milton Sabino, Delegado de Polícia; Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil (17/7/2009); Álvaro Manoel Rosindo Bourguignon, Presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Espírito Santo; Felipe Willer de Araújo Abreu Júnior, Presidente do Conselho Estadual do Idoso (18/7/2009); Marcelo Brito, Chefe do Cartório Eleitoral da 213ª Zona; Maurício Campos Jr., Secretário de Defesa Social (25/7/2009); Paulo Magalhães, Presidente da ArcelorMittal Inox Brasil S.A.; Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil (2); Rodrigo Filgueira de Oliveira, Coordenador do CAO-DH; Raimundo Cândido Júnior, Presidente da Seção de Minas Gerais da OAB; Afonso Henrique de Miranda Teixeira, Coordenador do CAO - Conflitos Agrários (1º/8/2009). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Ronaldo Vasconcelos, Secretário de Meio Ambiente de Belo Horizonte; Gustavo Gorgozinho Alves de Meira, Defensor Público e Coordenador de Direitos Humanos da Defensoria Pública; Maurílio José Coelho e Geraldo Carlito, representantes da comunidade do Bairro Camargos; José Soares Sobrinho, Presidente da Associação Comunitária do Bairro Camargos; Adriano Ventura, Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte; Daniel Diniz Nepomuceno, Coordenador de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; e a Sra. Delse dos Santos Laureano, Procuradora do Município de Belo Horizonte, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.214/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (3), em que solicita seja a Comissão parceira na organização e realização do seminário "Questão prisional: outras formas de punir", idealizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público; seja encaminhado ao Conselho Municipal de Meio Ambiente - Comam - e ao CAO-MA pedido de providências para o acompanhamento e fiscalização permanente do encerramento das atividades da empresa Serquip Tratamento de Resíduos MG Ltda., em função da não renovação de sua licença ambiental pelo Comam; e seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Manuel Saramago, Desembargador, pela decisão que suspendeu a liminar que autorizava o funcionamento da referida empresa; e Vanderlei Miranda (2), em que solicita seja encaminhado ao Sr. Jeffer Bedram, Coordenador da 8ª Promotoria de Justiça - Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte, pedido de informações sobre a apuração dos fatos apontados no Ofício nº 303/2009, do CAO-DH, referente a atos delituosos que teriam sido praticados por André Augusto de Lima Birchal; e seja encaminhado ao Sr. Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça da Comarca de Nova Lima, pedido de informações sobre a apuração dos fatos apontados no Ofício nº 304/2009, do CAO-DH, referente a atos delituosos que teriam sido praticados por André Augusto de Lima Birchal. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2009.

Durval Ângelo, Presidente - Antônio Genaro - Vanderlei Miranda - Juninho Araújo.

Ata da 18ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 5/8/2009

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Inácio Franco, Juarez Távora, Lafayette de Andrada e Célio Moreira (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (3); e Fabrício Torres Sampaio, Subsecretário de Transportes (11/7/2009); André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas da Agência Nacional de Águas; Max Fernandes dos Santos (2), Gerente Regional de Negócios da Caixa Econômica Federal; e Daniel Silva Balaban (2), Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (17/7/2009); Paulo de Tarso Almeida de Paiva, Presidente do BDMG; Daniel Silva Balaban (2), Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (18/7/2009); Márcio Antônio Portocarrero, Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura (2); e Wilson Dornelas Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Monte Carmelo (25/7/2009); Rodolfo Guimarães Filho, Superintendente de Apoio à Infraestrutura Municipal da Secretaria de Transportes (1º/8/2009). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.284/2009 (Jayro Lessa), no 2º turno, e 3.323/2009 (Deputado Lafayette de Andrada), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.949/2008 na forma do vencido no 1º turno; 3.187/2009 na forma do vencido no 1º turno, com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Lafayette de Andrada) e 3.284/2009 (relator: Deputado Jayro Lessa). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Lafayette de Andrada, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.367/2009 com as Emendas nºs 1 a 7 ao vencido no 2º turno, é apresentada a Proposta de Emenda nº 1, do Deputado Sargento Rodrigues, que recebe opinião contrária do relator. Após discussão e votação é aprovado o parecer, salvo a proposta de emenda. Submetida a votação, é rejeitada a Proposta de Emenda nº 1. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.151/2009, na forma do Substitutivo nº 2, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e da Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública (relator: Deputado Juarez Távora) e 3.323/2009 (relator: Deputado Lafayette de Andrada). O Projeto de Lei nº 3.440/2009 é retirado da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2009.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente - Antônio Júlio - Inácio Franco - Juarez Távora.

Ata da 3ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 5/8/2009

Às 10h15min, comparecem no Centro Comunitário do Distrito de Mocaminho, no Município de Jaíba, os Deputados Vanderlei Jangrossi, Carlos Gomes e Gil Pereira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Carlos Pimenta, Padre João e Paulo Guedes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, os problemas enfrentados pelos pequenos produtores rurais do Projeto Jaíba e região. A

Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Sildete Rodrigues de Araújo, Prefeito Municipal de Jaíba; Anderson Carlos Silveira Dias, Presidente da Câmara Municipal de Jaíba; Carlos Willian, Deputado Federal; Celso Cota Neto, Presidente da Ruralminas, representando o Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Leonardo Guimarães Parma, Gerente da Divisão de Agropecuária do Departamento de Agronegócios do BDMG; Edson Couto, Diretor Regional do Idene em Montes Claros; Fabiano Mendonça Dias, engenheiro de distribuição de energia da Cemig; Pablo Alexander Seixas Sequeira Paiva e Teixeira Leite, engenheiro da Copasa; Anderson de Vasconcelos Chaves, Superintendente Regional da Codevasf; Vilson Luiz da Silva, Presidente da Fetaemg; João Dias, Gerente da Agência do Banco do Nordeste em Janaúba; João Cordoval, Prefeito Municipal de Matias Cardoso; Ademar Ramos Novais, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Projeto Jaíba; e Fernando Sena, Chefe da Unidade de Administração Fundiária da Codevasf, 1ª SR (Superintendência Regional), que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Paulo Guedes e Padre João, que, juntamente com o Presidente, são autores dos requerimentos que deram origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião, agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2009.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Carlos Gomes - Chico Uejo.

Ata da 19ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 5/8/2009

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Ademir Lucas e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Cecília Ferramenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Josué Costa Valadão, Secretário de Governo da Prefeitura de Belo Horizonte, e Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig, publicados no "Diário do Legislativo" de 1º/8/2009. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.224 a 4.248/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Cecília Ferramenta em que solicita seja realizada audiência pública destinada a obter informações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT - sobre a efetivação das intervenções na BR-381 anunciadas pelo Ministro dos Transportes; e do Deputado Wander Borges em que solicita seja realizada audiência pública com a finalidade de discutir a implementação e a regulamentação dos serviços de mototáxi no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2009.

Cecília Ferramenta, Presidente - Ademir Lucas - Wander Borges - Sebastião Helvécio.

Ata da 15ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 5/8/2009

Às 15h11min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Getúlio Neiva e Dimas Fabiano, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Getúlio Neiva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência comunica o recebimento do ofício do Sr. Sérgio Henrique Carrato, Gerente Corporativo de Concessão e Arrendamento da MRS Logística S.A., publicado no "Diário do Legislativo" em 17/7/2009, e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.404/2009 (Deputado Vanderlei Jangrossi) e 3.195/2009 (Deputada Gláucia Brandão), no 1º turno; 3.272/2009 (Deputado Vanderlei Jangrossi), 3.409 e 3.266/2009 (Deputado Paulo Guedes), 2.859/2008 e 3.410/2009 (Deputado Getúlio Neiva), 3.428 e 3.469/2009 (Deputado Juninho Araújo) e 3.458/2009 (Deputada Gláucia Brandão), em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.272/2009 (relator: Deputado Vanderlei Jangrossi), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.208, 4.264 e 4.270/2009. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.287, 3.304, 3.329 e 3.334/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Gláucia Brandão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão para subsidiar a análise do Projeto de Lei nº 3.404/2009, com a participação de órgãos governamentais e entidades civis relacionados à área de memória e patrimônio no Estado, e reunião com convidados, para que seja apresentado o Circuito Cultural Praça da Liberdade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2009.

Gláucia Brandão, Presidente - Getúlio Neiva - Sebastião Helvécio.

Ata da 11ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO ESPECIAL DA EXECUÇÃO DAS PENAS NO ESTADO, em 6/8/2009

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Wander Borges e Neider Moreira (substituindo o Deputado Wander Borges, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Vereador José Mansueto Fiorilo, Presidente da Comissão de Saúde Pública e Bem-Estar Social da Câmara Municipal de Juiz de Fora, em que solicita audiência com esta Comissão, bem como sua intercessão para o agendamento de audiência com o Secretário de Defesa Social; e do Sr. Rodrigo Praxedes Vieira, Diretor Estadual do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciários - Sindasp -, regional Juiz de Fora, encaminhando propostas para a melhoria da execução penal nesse Município e solicitando cópia do relatório final desta Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Vereadores José Mansueto Fiorilo e Wanderson Castelar Gonçalves, respectivamente, Presidente e relator da Comissão de Saúde Pública e Bem-Estar Social da Câmara Municipal de Juiz de Fora, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Registra-se neste momento, a presença do Deputado Fábio Avelar. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Neider Moreira em que solicita sejam ouvidos, nesta reunião, os Vereadores José Mansueto Fiorilo e Wanderson Castelar Gonçalves; João Leite, Adelmo Carneiro Leão

e Neider Moreira em que solicitam seja realizada audiência pública com a finalidade de ouvir a Sra. Sandra Margareth Silvestrini de Souza, Presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado - Serjusmig -; e João Leite, Adelmo Carneiro Leão e Fábio Avelar em que solicitam sejam encaminhados ao Juiz de Direito da Vara de Execução Penal de Juiz de Fora, ao Subsecretário de Administração Prisional e ao Diretor do Hospital de Pronto Socorro desse Município - HPS -, pedidos de informações detalhadas sobre cada um dos presos que se encontram acautelados no HPS, bem como sejam encaminhadas cópias dessas informações à Comissão de Segurança Pública desta Casa. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2009.

João Leite, Presidente.

Ata da 18ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 6/8/2009

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Marcus Pestana, Secretário de Saúde e Gestor do SUS-MG; Breno Henrique Avelar de Pinho Simões, Chefe de Gabinete da Secretaria de Saúde (2) (18/7/2009); Gilman Viana Rodrigues, Secretário de Agricultura; Maurício Campos Júnior, Secretário de Defesa Social; Fabiana de Lima Leite, Superintendente de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Defesa Social; Breno Henrique Avelar de Pinho Simão, Chefe de Gabinete do Secretário de Saúde (25/7/2009); José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente (2); Sérgio Alair Barroso, Secretário de Desenvolvimento Econômico (2); Fabiano Torres Bastos, Coordenador de Política Prisional da Defensoria Pública do Estado; Danilo de Castro, Secretário de Governo; Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário Adjunto de Saúde e Leonardo Costa Bandeira; e da Sra. Kátia Mara Miranda de Abreu, Chefe de Gabinete da Agência Nacional de Transporte Terrestres (10/8/2009). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão, em que solicita seja encaminhada cópia da correspondência do Conselho Nacional de Justiça, recebida por esta Comissão, referente ao Programa Casa da Cidadania, para todos os convidados participantes da reunião no dia 16/7/2009; André Quintão e Carlin Moura, em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, no Município de Piumhi, para discutir questões relativas à cobrança de pedágio na MG-050; Duarte Bechir, em que solicita seja realizada visita à Casa da Cidadania, no Morro do Papagaio, em Belo Horizonte, para conhecer o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública nessa comunidade; Almir Paraca (3), em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Administração Pública, para debater a situação da Defensoria Pública no Estado, seja encaminhado à Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplag - pedido de providências para garantir a nomeação dos 150 candidatos aprovados no concurso para provimento de cargos de Defensor Público do Estado, e seja encaminhado ao Vice-Governador do Estado e à Secretaria de Planejamento e Gestão pedido de providências para se atender à demanda de suplementação orçamentária para o exercício de 2009, formulada pela Defensoria Pública do Estado, a fim de garantir a continuidade e a ampliação do atendimento à população. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2009.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - Duarte Bechir - João Leite.

Ata da 5ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 10/8/2009

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Ivair Nogueira, Carlos Gomes (substituindo a Deputada Cecília Ferramenta, por indicação da Liderança do PT) e Célio Moreira (substituindo o Deputado Walter Tosta, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Délio Malheiros, Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues, Domingos Sávio e Eros Biondini. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Gomes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o Projeto de Lei nº 296/2003, do Senador Paulo Paim, que altera o art. 29 da Lei nº 8.213, de 24/7/91, e revoga os arts. 3º, 5º, 6º e 7º da Lei nº 9.876, de 26/11/99, modificando a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Paulo Paim e Eduardo Azeredo, Senadores; Antônio Roberto e Júlio Delgado, Deputados Federais; Sérgio Miranda e João Paulo Pires Vasconcelos, ex-Deputados Federais; Robson de Souza Bittencourt, Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais - FAP-MG -; Felipe Willer de Araújo Abreu Júnior, Presidente do Conselho Estadual do Idoso de Minas Gerais; Adilson Rodrigues da Silva, Presidente do Sindicato dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Minas Gerais - Sinap-MG -; e Rogério Fernandes, Presidente da Força Sindical - MG, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários e, cumprida a finalidade da reunião, agradece a presença dos parlamentares, convidados e demais presentes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2009.

Rosângela Reis, Presidente - Almir Paraca - Elmiro Nascimento.

Ata da 16ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 11/8/2009

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Almir Paraca, Gil Pereira e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Irani Barbosa, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Almir Paraca, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. É recebido pela Presidência requerimento do Deputado Antônio Júlio, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, no Município de Bom Sucesso, com a finalidade de discutir questões relativas à pesca no Rio das Mortes e à transposição de peixes da Usina do Consórcio do Funil. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Gil Pereira, em que solicita seja o Projeto de Lei nº 2.333/2008 baixado em diligência às Secretarias de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os

trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2009.

Fábio Avelar, Presidente.

Ata da 13ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 11/8/2009

Às 19h15min, comparecem na Câmara Municipal de Uberaba a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Fahim Sawan e Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tenente Lúcio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir questões relativas à segurança pública no Município e região e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Vânia Célia Ferreira, Diretora da Superintendência Regional de Ensino de Uberaba, representando a Sra. Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Estado de Educação, e Eliane Cristina de Melo, Coordenadora Regional da Defensoria Pública de Uberaba, representando Belmar Azze Ramos, Defensor Público-Geral; e os Srs. Carlos Alberto Valera, Promotor de Justiça, representando Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça; Fabrício de Moraes Mussulim, Coordenador Local da Defensoria Pública de Uberaba; Glorival Bernardes de Oliveira, Delegado Regional da Polícia Federal; José Paulino da Silva Filho, Chefe de Polícia Civil do 5º Departamento de Uberaba, representando Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe de Polícia Civil de Minas Gerais; Cel. PM Flávio Aquino, Comandante do 5º CRP Uberaba, representando o Cel. PM Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da PMMG; Wagner Guerreiro, Juiz da Vara de Execuções Penais da Comarca de Uberaba; Francisco Gouvea, Delegado Regional da Polícia Civil; Wellington Cardoso, Secretário de Trânsito da Prefeitura de Uberaba; Luiz Humberto Dutra, José Severino, Jorge Ferreira, Itamar Ribeiro, João Gilberto Ripsati e Lourival dos Santos, Vereadores; Júlio César de Aguiar, Diretor da Guarda Municipal; Ten.-Cel. PM Sidney Araújo; Cláudio Chaves Beato Filho, Coordenador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da UFMG, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, concede a palavra à Deputada Maria Tereza Lara e aos Deputados Tenente Lúcio e Rômulo Veneroso, co-autores do requerimento, para que façam suas considerações. A seguir, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite, Tenente Lúcio, Rômulo Veneroso, Fahim Sawan, Adelmo Carneiro Leão e Weliton Prado (5), em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências para fornecer os equipamentos que menciona aos órgãos policiais de Conceição das Alagoas, atendendo a pleito de Vereadores da cidade; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para agilizar a assunção pela Subsecretaria de Administração Prisional das cadeias públicas dos Municípios da 5ª Região Integrada de Segurança Pública - Risp -; seja encaminhado ao Chefe de Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para recompor o quadro de escrivães e agentes de polícia nas cidades que compõem a 5ª Risp; seja encaminhado à TV Assembleia ofício para que divulgue campanha publicitária do Disque-Denúncia; seja encaminhado à Ferrovia Centro Atlântica pedido de informações sobre os procedimentos que menciona. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2009.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Tenente Lúcio - Rômulo Veneroso.

Ata da 19ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 12/8/2009

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Ruy Muniz e Deiró Marra, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ruy Muniz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Deiró Marra, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a receber o documento final elaborado pela Comissão de Representação do Fórum Técnico sobre o Plano Decenal de Educação, apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Felipe Estabile Moraes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação, e Antônio Libério de Borba, do Sindcefet-MG (18/7/2009); Frederico Melo, Subsecretário de Gestão da Secretaria de Planejamento; da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento (6/8/2009). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Santuza Ábras, Diretora-Geral da Uemg, e Maria Inez Gouveia, Diretora Regional do Sincde-UTE; Anízia Sudário Daniel, do Conselho Regional de Educação Física; e os Srs. Silvério do Prada, da União Geral dos Trabalhadores e da Fundação dos Servidores Públicos; Gilson Reis, Presidente do Sindicato dos Professores de MG, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados presentes, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Neste momento é feito a entrega do documento final elaborado pela Comissão de Representação do Fórum Técnico sobre o Plano Decenal de Educação. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.444 e 3.445/2009. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.291, 4.292, 4.293, 4.315, 4.320, 4.331 e 4.333/2009. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.296, 3.339, 3.393, 3.375 e 3.406/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2009.

Ruy Muniz, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Carlin Moura - Gláucia Brandão.

Ata da 19ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 12/8/2009

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Inácio Franco, Juarez Távora, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sargento Rodrigues, Domingos Sávio e Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento do ofício do Conselheiro Wanderley Ávila, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, publicado no "Diário do Legislativo" de 6/8/2009. Registra-se a presença dos Deputados Jayro Lessa, Lafayette de Andrada e Zé Maia, que assume a Presidência dos trabalhos. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.300/2009 (Deputado Lafayette de Andrada); 3.149 e 3.480/2009

(Deputado Juarez Távora) e 3.441/2009 (Deputado Inácio Franco), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.440/2009 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Antônio Júlio); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.968/2009 com as Emendas nºs 1 a 5, da Comissão de Constituição e Justiça, e as Emendas nºs 6 a 10, da Comissão de Administração Pública (relator: Deputado Lafayette de Andrada, em virtude de redistribuição); 3.132/2009 (relator: Deputado Inácio Franco) e 3.136/2009 (relator: Deputado Juarez Távora) na forma dos Substitutivos nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, hoje, às 17 horas, para apreciação do Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.857/2007, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2009.

Zé Maia, Presidente - Inácio Franco - João Leite - Maria Tereza Lara - Rômulo Veneroso.

Ata da 7ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 12/8/2009

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Antônio Carlos Arantes, Carlos Gomes, Fábio Avelar e Alencar da Silveira Jr., membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a realização de feiras em Belo Horizonte, tendo em vista a exigência do Ministério Público de licitação para o funcionamento de tais eventos e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Neusa Resende da Fonseca, Presidente da Associação do Mercado Distrital do Cruzeiro; e os Srs. Jorge Henri Simbera, Vice-Presidente da Associação de Expositores na Feira de Artes e Artesanato da Afonso Pena - Assfeira -; Mariano Cândido, Presidente da Feira do Bairro Padre Eustáquio; Edson Ferreira Martins, Diretor da Casa do Artesão; e Alan Vinícius, Coordenador da Associação dos Expositores da Feira da Afonso Pena - Assead -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Alencar da Silveira Jr., autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Tenente Lúcio, Fábio Avelar e Carlos Gomes em que solicitam seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para suspender o edital de licitação do Mercado Distrital do Cruzeiro e demais feiras, para que o assunto possa ser melhor esclarecido e debatido; Fábio Avelar em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público Estadual e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de informações sobre as exigências de licitação aos feirantes do Município de Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2009.

Tenente Lúcio, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Carlos Gomes.

Ata da 14ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 12/8/2009

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Braulio Braz, Ronaldo Magalhães, Dimas Fabiano e Ademir Lucas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Braulio Braz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e a votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 742, 898, 954, 972, 1.976/2007, 2.396, 2.438, 2.549, 2.936/2008, 2.966, 3.142, 3.269 e 3.312/2009 (Deputado Ronaldo Magalhães); 2.943/2008, 3.207, 3.330, 3.373, 3.376, 3.395, 3.397 e 3.443/2009 (Deputado Ademir Lucas). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 742, 898, 954, 972, 1.976/2007, 2.396, 2.438, 2.549, 2.936/2008, 2.966, 3.142, 3.269, 3.312/2009 (relator: Deputado Ronaldo Magalhães); e 3.443/2009 (relator: Deputado Ademir Lucas). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.943/2008, 3.207, 3.330, 3.373, 3.376, 3.395 e 3.397/2009 (relator: Deputado Ademir Lucas). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2009.

Ana Maria Resende, Presidente - Dimas Fabiano - Ademir Lucas.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 17/8/2009, destinada a homenagear o Hospital da Baleia pelos 65 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 14 de agosto de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.448/2009

Relatório

De autoria do Deputado Vanderlei Jangrossi, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação de Incentivo ao Esporte de Pedro Leopoldo - Asepec -, com sede no Município de Pedro Leopoldo.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.448/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Incentivo ao Esporte de Pedro Leopoldo, que possui como finalidade difundir a prática de esportes, principalmente entre crianças e jovens.

A entidade busca utilizar o esporte como instrumento educativo; busca a captação, geração e administração de recursos humanos, financeiros e materiais para a consecução de seus objetivos; organiza torneios e competições e deles participa; combate a marginalização de crianças e adolescentes através da elaboração e desenvolvimento de projetos voltados para o esporte; orienta sobre a preservação do meio ambiente; institui programas de apoio a atletas e treinadores e defende perante o poder público os direitos e interesses de seus associados.

Esclareça-se que a Emenda nº 1 tem por finalidade retificar o nome da entidade, de acordo com o constante no art. 1º de seu estatuto.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.448/2009 em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2009.

Carlin Moura, relator.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.296/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.296/2009, de autoria do Deputado Padre João, que declara de utilidade pública a Associação Desportiva Naza Esporte Clube - Adenec -, com sede no Município de Itacarambi, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.296/2009

Declara de utilidade pública a Associação Desportiva Naza Esporte Clube - Naza -, com sede no Município de Itacarambi.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Desportiva Naza Esporte Clube - Naza -, com sede no Município de Itacarambi.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano, relator - Ademir Lucas - Ronaldo Magalhães.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.339/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.339/2009, de autoria do Governador do Estado, que dá denominação de Escola Estadual Capitãozinho Maxakali, de ensino fundamental, à Escola Estadual de Ensino Fundamental localizada na Reserva Indígena Maxakali do "Pradinho", no Município de Bertópolis, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.339/2009

Dá denominação a escola estadual localizada no Município de Bertópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominada Escola Estadual Capitãozinho Maxakali a escola estadual de ensino fundamental localizada na Reserva Indígena Maxakali do Pradinho, no Município de Bertópolis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano, relator - Ademir Lucas - Ronaldo Magalhães.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.375/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.375/2009, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues, que declara de utilidade pública a Associação Esportiva Figueira - AEF -, com sede no Município de Governador Valadares, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.375/2009

Declara de utilidade pública a Associação Esportiva Figueira - AEF -, com sede no Município de Governador Valadares.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Esportiva Figueira - AEF -, com sede no Município de Governador Valadares.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Dimas Fabiano - Ronaldo Magalhães.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.393/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.393/2009, de autoria do Governador do Estado, que dá denominação a escola estadual de ensino médio localizada no Município de Tapira, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.393/2009

Dá denominação a escola estadual localizada no Município de Tapira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominada Escola Estadual Professora Cecília Maria de Rezende Neves a escola estadual de ensino médio localizada na Rua Francisco Rosa Pires, nº 93, Centro, no Município de Tapira.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Dimas Fabiano - Ronaldo Magalhães.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.406/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.406/2009, de autoria do Deputado Walter Tosta, que declara de utilidade pública a Associação Esportiva Real do Jatobá IV, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.406/2009

Declara de utilidade pública a Associação Esportiva Real do Jatobá IV, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Esportiva Real do Jatobá IV, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Dimas Fabiano - Ronaldo Magalhães.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 13/8/2009, a seguinte comunicação:

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, notificando o falecimento do Sr. Aparecido Expedito Procópio, ex-Prefeito Municipal de Ipuíuna, ocorrido em 12/8/2009, nesse Município. (- Ciente. Oficie-se.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Sr. Ronaldo Saraiva Magalhães por sua posse no cargo de Presidente da Associação dos Atacadistas Distribuidores de Minas Gerais - Ademig (Requerimento nº 4.114/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte - CDL-BH - por seus 49 anos de fundação (Requerimento nº 4.116/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de protesto contra a decisão, tomada pelo Sr. Roberto Carlos de Oliveira, Juiz da 9ª Vara da Justiça Federal de Goiás, de extinguir o curso de Direito destinado a assentados por programas de reforma agrária nesse Estado, o qual era ministrado pela Universidade Federal de Goiás, em cooperação técnica com o Incra e com recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera (Requerimento nº 4.150/2009, do Deputado Padre João);

de congratulações com a Porcelana Monte Sião por seus 50 anos de fundação (Requerimento nº 4.158/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso à Automax por seus 30 anos de fundação (Requerimento nº 4.159/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com os Srs. Moacir Aparecido Silva e Júnior César Silva, Diretores da Crômica Indústria e Comércio de Calçados Ltda., com sede no Município de Nova Serrana, pelo lançamento do tênis Crômica Aerobase (Requerimento nº 4.163/2009, do Deputado Neider Moreira);

de congratulações com o Sebrae-MG pela realização do evento Meu Primeiro Negócio (Requerimento nº 4.190/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig - e o Instituto de Laticínios Cândido Tostes - ILCT - pela realização do 26º Congresso Nacional de Laticínios (Requerimento nº 4.206/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig - e o Instituto de Laticínios Cândido Tostes - ILCT - por seus 74 anos de fundação (Requerimento nº 4.207/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com D. Anselmo Müller, Arcebispo Emérito de Januária, pelos 25 anos de sua sagração como Bispo (Requerimento nº 4.208/2009, do Deputado Ruy Muniz);

de congratulações com o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República, por ter sido condecorado pela Unesco com o Prêmio de Fomento da Paz Félix Houphouët-Boigny de 2009 (Requerimento nº 4.214/2009, do Deputado Almir Paraca);

de congratulações com o Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, Vice-Governador do Estado, por ter sido agraciado com a Comenda Mérito Industrial pelo Centro Industrial de Juiz de Fora (Requerimento nº 4.215/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o "Jornal Ocasão" por seus 22 anos de fundação (Requerimento nº 4.216/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Secretaria de Ciência e Tecnologia pela implementação do projeto Teia - Tecnologia, Empreendedorismo e Inovação Aplicados (Requerimento nº 4.217/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Associação Mineira de Panificação - Amipão - pelo transcurso do Dia do Panificador (Requerimento nº 4.218/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Secretaria de Agricultura e a Associação Brasileira da Indústria de Café pelo acordo que firmaram para valorização do café produzido nas propriedades certificadas pelo Programa Certifica Minas, do governo estadual (Requerimento nº 4.219/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Associação dos Municípios de Minas Gerais - AMM - pela criação da primeira TV municipalista do País (Requerimento nº 4.220/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura, pelo recebimento da Grande Medalha do Mérito Rural (Requerimento nº 4.221/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sr. Altino Rodrigues Neto, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -, pelo recebimento da Grande Medalha do Mérito Rural (Requerimento nº 4.222/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Córrego Fundo pela 34ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.224/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Extrema pela 106ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.225/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Guarará pela 78ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.226/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Guarani pela 60ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.227/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Heliadora pela 116ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.228/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Olímpio Noronha pela 92ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.229/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Paraguaçu pela 31ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.230/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Paraopeba pela 85ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.231/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Pedra Dourada pela 66ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.232/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Rochedo de Minas pela 82ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.233/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de São Brás do Suaçuí pela 111ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.234/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de São Domingos das Dores pela 142ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.235/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de São Sebastião do Oeste pela 7ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.236/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Três Pontas pela 16ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.237/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Tiradentes pela 27ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de

Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.238/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Vargem Bonita pela 107ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.239/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Congonhal pela 37ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.240/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Coimbra pela 26ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.241/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Carmo do Cajuru pela 148ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.242/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Cambuí pela 55ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.243/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Penha pela 19ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.244/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Argirita pela 10ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.245/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Araguari pela 125ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.246/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Alterosa pela 54ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.247/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Nova Resende pela 4ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2007 do Relatório de Índice Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (Requerimento nº 4.248/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sr. Marcos David Salem, Delegado de Polícia, por sua posse no cargo de Diretor de Inteligência Policial, em Brasília (Requerimento nº 4.251/2009, do Deputado Ruy Muniz);

de congratulações com o Sr. Jerry Antunes de Oliveira, Delegado de Polícia, por sua posse no cargo de Superintendente da Polícia Federal em Minas Gerais (Requerimento nº 4.252/2009, do Deputado Ruy Muniz);

de congratulações com o Sr. Marcos David Salem, Delegado de Polícia, pelos serviços prestados no exercício do cargo de Superintendente da Polícia Federal no Estado (Requerimento nº 4.253/2009, do Deputado Ruy Muniz);

de apoio (a ser encaminhada aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal) às propostas de emenda à Constituição do Deputado Federal Paulo Pimenta e do Senador Antônio Carlos Valadares que tornam obrigatória a exigência de diploma de curso superior específico para o exercício da profissão de jornalista (Requerimento nº 4.257/2009, da Comissão de Participação Popular);

de apoio (a ser encaminhada aos Presidentes da Câmara dos Deputados e da Comissão de Legislação Participativa dessa Câmara, ao Instituto de Estudos Socioeconômicos - Inesc - e à Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular) à proposta de reforma política apresentada por essa Frente (Requerimento nº 4.258/2009, da Comissão de Participação Popular);

de congratulações com o Sr. José Ataíde Lacerda por ter sido agraciado com a Medalha do Mérito Desportivo, conferida pelo governo estadual (Requerimento nº 4.263/2009, do Deputado Délio Malheiros);

de congratulações com o maestro Nivaldo de Oliveira Santiago por seu 80º aniversário (Requerimento nº 4.264/2009, do Deputado Domingos Sávio);

de congratulações com a União Ruralista Rio Doce - URRD - pelos 40 anos da Exposição Agropecuária de Governador Valadares - Expoagro (Requerimento nº 4.265/2009, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a Liga Municipal de Desportos de Sabará por seus 67 anos de fundação (Requerimento nº 4.266/2009, do Deputado Wander Borges);

de aplauso à Universidade Federal de Viçosa por seus 40 anos de federalização (Requerimento nº 4.267/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de congratulações com os Cadetes do Curso de Formação em Ciências Militares - Defesa Social, da Academia de Polícia Militar do Estado (Requerimento nº 4.268/2009, do Deputado Rômulo Veneroso);

de congratulações com a Fundação Clóvis Salgado pela produção e apresentação da ópera "Macbeth", de Verdi (Requerimento nº 4.270/2009, da Deputada Gláucia Brandão);

de congratulações com o Ten.-Cel. PM Eduardo Campos de Paulo, Comandante do 23º Batalhão da PMMG, e os demais organizadores da Primeira Conferência Livre de Segurança Pública de Divinópolis (Requerimento nº 4.325/2009, da Comissão de Segurança Pública).

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/8/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Célio Moreira

exonerando, a partir de 17/8/09, Janice dos Anjos Coelho do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;

exonerando, a partir de 17/8/09, Wellington Martins Ramos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Ebe Marlene Martins de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Janice dos Anjos Coelho para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

exonerando Farley de Oliveira Paula do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Wellington Martins Ramos para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2009

DECISÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Conhecemos do recurso apresentado pela empresa Global Village Telecom Ltda. - GVT - contra a sua desclassificação no Pregão Eletrônico nº 24/2009, que se refere à contratação de empresa para a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC -, e negamos provimento ao recurso, tendo em vista os fundamentos apresentados na Ata da 98ª Reunião do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, da ALMG, datada de 10/8/2009.

Belo Horizonte, 10 de agosto de 2009.

Mesa da Assembleia